

ECO21

ISSN 0104-0030

Mario Toso • Josafá Carlos de Siqueira • Achim Steiner • Edgar Morin



Marina Grossi • André Trigueiro • Leonardo Boff • Vandana Shiva

RENOVAR O NOSSO COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE,
É A MELHOR FORMA DE COMEMORAR UM PRÊMIO.



A **Fetranspor** foi vencedora na terceira edição do prêmio FIRJAN de Ação ambiental, com o programa **Economizar – Selo Verde**, em parceria com o CONPET/Petrobras. O programa venceu na categoria Gestão de Gases de Efeito estufa e Eficiência Energética e apresentou resultados que apontam uma diminuição de 1,96 milhão de toneladas de emissão de CO2 na atmosfera desde a sua criação.

Diretora
Lúcia Chayb

Editor
René Capriles

Redação
Regina Bezerra, Rudá Capriles

Colaboradores
André Trigueiro, José Monserrat Filho
Leonardo Boff, Samyra Crespo
Evaristo Eduardo de Miranda
Sergio Trindade

Fotografia
Ana Huara

Correspondentes no Brasil
São Paulo: Lea Chaib
Belém: Edson Gillet Brasil

Correspondentes no Exterior
Bolívia: Carlos Capriles Farfán
México: Carlos Véjar Pérez-Rubio
Itália: Mario Salomone e Bianca La Placa
França: Aurore Capriles

Representante Comercial em Brasília
Minas de Ideias

Serviços Informativos
Argentina: Ecosistema
Brasil: Envolverde, ADITAL, EcoAgência,
EcoTerra, O ECO, Ambiente Brasil
França: Valeurs Vertes, La Recherche
Itália: ECO (Educazione Sostenibile)
México: Archipiélago

Direção de Arte
ARTE ECO 21

CTP e impressão
Gráfica Colorset

Jornalista Responsável
Lúcia Chayb - Mtb: 15342/69/108

Assinaturas
Anual: R\$ 130,00
assinantes@eco21.com.br

Uma publicação mensal de
Tricontinental Editora

Av. N. Sra. Copacabana 2 - Gr. 301
22010-122 - Rio de Janeiro
Tel.: (21)2275-1490
eco21@eco21.com.br
www.eco21.com.br

Facebook
www.facebook.com/revista.eco21

A “Laudato Si” é o rascunho da declaração final da COP-21

Sem dúvida a Encíclica “Laudato Si” terá um enorme impacto na COP-21, mas a sua importância, amplitude e profundidade vão muito além do seu contexto no tempo tendo provocado um impacto planetário sem precedentes na análise da relação entre o ser humano e a natureza. Edgar Morin considera a “Laudato Si” como “o ato número 1 para uma nova civilização”. Vandana Shiva ao lembrar que a Encíclica se fundamenta explicitamente numa visão denominada “ecologia integral”, isto é, na ligação inseparável da ecologia com a sociedade e com a economia, lembra o parágrafo 49 da Encíclica que diz: “hoje, não podemos deixar de reconhecer que uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da Terra como o clamor dos pobres”. E Vandana sentencia: “isto para mim é a democracia na Terra”. Respondendo a sua formação inicial de químico, Jorge Mario Bergoglio, o Papa Francisco, elaborou a Encíclica ao longo de um ano e solicitou a contribuição de um significativo número de cientistas, filósofos e teólogos como o geneticista Werner Arber, que é o Presidente da Pontifícia Academia das Ciências; o climatologista e membro do IPCC, Hans Joachim Schellnhuber; o economista Partha Dasgupta, cujas pesquisas sobre a medição do bem-estar humano ajudaram a compreender quais são as condições necessárias para o desenvolvimento sustentável. Todos eles regidos pela batuta do bispo salesiano Mario Toso, que foi Secretário do Pontifício Conselho da Justiça e da Paz, o Conselho encarregado de elaborar o primeiro esboço da “Laudato Si”. O Vaticano, ao longo do magistério dos três últimos Papas, aprofundou o entendimento de que a Terra estava chegando a um ponto sem volta na exploração dos seus recursos e que o aquecimento global, além de ter uma parte de origem antrópica, é uma realidade que deve ser enfrentada. Apesar dos poderosos interesses que financiam o negacionismo, o Papa Francisco, tomando emprestadas as palavras de um bispo da igreja ortodoxa, diz no parágrafo 8: “O Patriarca Bartolomeu tem-se referido particularmente à necessidade de cada um se arrepender do próprio modo de maltratar o Planeta, porque todos, na medida em que causamos pequenos danos ecológicos, somos chamados a reconhecer a nossa contribuição – pequena ou grande – para a desfiguração e destruição do ambiente.” E o químico e Papa Francisco conclui: “quando os seres humanos comprometem a integridade da Terra e contribuem para a mudança climática, desnudando-a das suas florestas naturais ou destruindo as suas áreas úmidas; quando os seres humanos contaminam as águas, o solo, o ar... tudo isso é pecado”. Mas, a sua inspiração mais radical foi explicitamente a obra do geopaleontólogo e padre jesuíta Teilhard de Chardin que reconciliou a ciência com a teologia e abriu o caminho para quase chegar ao panteísmo. Como Teilhard, Francisco assume o evolucionismo não só pelas evidências geológicas e fósseis da evolução do planeta e da espécie humana, mas porque acredita que um dia o pensamento humano estará integrado numa única rede inteligente que dará lugar à noosfera, a inteligência recobrando toda a biosfera terrestre. Isto é, o ponto ômega da COP-21.

Gaia viverá!

Lúcia Chayb e René Capriles

- 4 Giuseppe Rusconi - Entrevista com Mario Toso
- 7 Pe. Josafá Carlos de Siqueira - A Encíclica ecológica da Igreja: Laudato Si
- 8 Antoine Peillon - Entrevista com Edgar Morin
- 10 Vandana Shiva - Laudato Si é o Manifesto do Século 21
- 12 Bhikkhu Bodhi - Uma visão budista sobre a Encíclica do Papa Francisco
- 14 Awhraham Soetendorp - A Encíclica “Laudato Si” na visão de um rabino
- 16 Leonardo Boff - O grito da Terra
- 20 Martin Brésis - A Teologia da Libertação e a Encíclica sobre ecologia
- 22 Steven Rockefeller - Laudato Si e a Carta da Terra
- 23 Eduardo Paes - A casa de todos nós
- 24 André Trigueiro - Uma Encíclica para mudar o mundo
- 28 Kitty Stapp - Crescem as vozes por um acordo climático audacioso
- 29 Alfredo Sirkis - Por uma precificação positiva do carbono
- 30 Roberto Klabin - A Economia Azul
- 31 Thalif Deen - ONU quer um tratado de preservação do alto mar
- 32 Orleans Affonso Costa - Brasil lança primeiro Observatório das Águas
- 34 Achim Steiner - Da mudança climática às sociedades sustentáveis
- 36 Alexandre Medeiros - Fernando de Noronha inaugura usina solar
- 37 Débora Rolando - Impactos ambientais geram riscos aos financiamentos
- 38 Reinaldo Canto - Sociedade quer economia com valores socioambientais
- 39 Marina Grossi - Uma coalizão a favor do clima e do futuro
- 40 Adriana Ramos - Senado recebe pedido para manter rotulagem de OGMs
- 42 Juliane Oliveira Ramos - FIRJAN premia práticas sustentáveis de indústrias
- 44 Barnabé Binctin - Fukushima: o teatro da catástrofe nuclear
- 46 José Monserrat Filho - O turismo espacial voa mais rápido que o Direito Espacial?
- 48 Najar Tubino - Medicina amazônica: verdades que não se curam
- 50 Mariana Totino - ALERJ cria Frente Parlamentar Ambientalista

Capa: Papa Francisco plantando uma árvore no Vaticano
Foto: Haim Zach



Proteger o ambiente é cuidar da própria humanidade

Entrevista com Mario Toso

Bispo salesiano, ex-Secretário do Pontifício Conselho da Justiça e da Paz

Mario Toso até Janeiro deste ano era Secretário do Pontifício Conselho da Justiça e da Paz, a instituição encarregada de elaborar o primeiro esboço da Encíclica “Laudato Si”. Ele fala sobre as particularidades de uma Encíclica complexa e como foi articulada. Monsenhor Mario Toso é um reconhecido especialista da Doutrina Social da Igreja. Foi Reitor da Pontifícia Universidade Salesiana de 2003 a 2009.

O senhor foi Reitor da Pontifícia Universidade Salesiana e, de 2009 até pouco tempo, era Secretário do Pontifício Conselho da Justiça e da Paz onde trabalhou na elaboração do primeiro rascunho do documento magisterial. Então, o senhor têm todas as credenciais para falar de uma Encíclica que por muitos é chamada de “ecológica”...

Sim, mas a definição deve ser entendida no sentido de que ela coloca a questão social no centro da crise ambiental, uma crise complexa, que não pode ser reduzida a problemas ecológicos separados de outros problemas relevantes, mais especificamente relacionados com a ecologia humana. Esta Encíclica, em essência, evidencia como a questão social se caracteriza pela preservação do meio ambiente, mas também sublinha a necessidade urgente de cuidar da própria humanidade. Em outras palavras, estamos diante de uma questão de ecologia *global* que postula como solução uma ecologia *integral*...

Poderia definir o conceito de “integral”?...

Como já disse, a crise ecológica que vivemos hoje está intimamente relacionada não só com os aspectos ambientais, que se referem à proteção da Criação e das espécies, às mudanças climáticas, aos recursos e às energias renováveis, mas também com os aspectos culturais, antropológicos, éticos, religiosos, relacionados com o desenvolvimento da existência humana. Tal crise deve ser tratada com a promoção de uma ecologia integral, que se estende e concretiza não apenas no nível da proteção do ambiente natural, das espécies animais e vegetais, da luta contra o aquecimento global, da rejeição do uso indiscriminado e ilimitado dos recursos naturais, mas também sobre o nível da conversão ecológica, da mudança no estilo de vida, do cuidado com o meio ambiente urbano, das relações sociais, da educação...

Vaticano Press



Mario Toso

A Encíclica, para muitas pessoas parece ter, em algumas das suas partes, uma “respiração” substancialmente “peronista” (um ar que Francisco respirava quando era jovem), de acordo com outros especialistas que já a leram, em diversos tópicos, parece o manifesto de um “partido ecologista universal” (embora com ressalvas não triviais, por exemplo, no que diz respeito ao direito à vida), em cada caso, direcionado mais para extra (para os de fora) do que intra (para os de dentro)...

Na verdade, a Encíclica, tal como é apresentada hoje mostra uma face diferente do que foi o primeiro projeto, que continha uma longa introdução teológica, litúrgica, sacramental e espiritual. Se tivesse sido a configuração inicial, a Encíclica seria abordada mais imediatamente pelo mundo católico. O Papa Francisco, em vez disso, preferiu alterar essa configuração, tratando-a da parte central até a parte final com uma visão mais “teológica”, sem esquecer a relacionada com a espiritualidade e a educação. Ao fazê-lo, ele reestruturou o material disponibilizado colocando-o através de um método de análise e discernimento, envolvendo as considerações da situação, a sua avaliação e a antecipação de informações práticas para começar a resolver os problemas. Assim, ele quis envolver o maior número possível de pessoas, mesmo não-crentes, num raciocínio amplamente compartilhado por todos.

Por que o Papa Francisco queria essa mudança? Trata-se de um fato que não é nada trivial.

O objetivo do Papa, como é evidente desde o início da Encíclica, é o de se tornar um promotor de um movimento ecológico global para o cuidado universal da casa comum...

Mas isso, em si mesmo, não pode ser chamado de um objetivo presente entre aqueles da Doutrina Social da Igreja...

O Papa Francisco se inspirou na metodologia parcialmente aberta, em 1963, pela Carta Encíclica “Pacem in Terris” do Papa João XXIII...

Há uma diferença não negligenciável: João XXIII se dirigia a “todos os homens de boa vontade”, enquanto Francisco estende o número de destinatários da Encíclica para “todas as pessoas que vivem neste Planeta”...

O Papa não quis falar sobre a questão ambiental só em termos dos grandes princípios teológicos e filosóficos, teve cuidado de evitar a possibilidade de cair na abstração. Ele queria enriquecer a sua reflexão usando também vários resultados de estudos científicos sobre as questões ambientais da atualidade. É claro que enquanto ele usou os resultados de hoje, os mais conhecidos, não tinha a intenção de canonizá-los e impô-los para os estudiosos. Mais do que qualquer coisa ele quis apresentar uma interpretação a partir da perspectiva antropológica e ética. Todo mundo sabe que muitos resultados hoje considerados “científicos” são irrefutáveis, incontestáveis. O ensinamento dos Papas coloca a sua autoridade no nível moral, que é o nível que corresponde a sua responsabilidade ética religiosa.

Mas, temas científicos concretos, com muitas sugestões, há muitos na Encíclica. Basta lembrar um dos mais controversos, aquele ligado ao amplamente falado aquecimento global...



O Papa deseja iniciar um processo de transformação das culturas de todos os povos e suas instituições; trata-se de um processo que envolve todas as pessoas, independente de suas convicções. Na primeira parte da Encíclica “Laudato Si”, o Papa Francisco enfatiza uma abordagem racional, sem excluir, no entanto, a luz da fé.

Vale a pena repetir: para o Papa Francisco, a solução da crise ecológica vem tanto pela contribuição dos fiéis e dos não-crentes, como também da ciência e da religião. As soluções não procedem de uma única forma de interpretar e transformar a realidade.

Ao fazê-lo, será que poderá perder algum ponto de vista do quadro teológico necessário para iluminar o caminho a seguir?

Não, a adoção deste método não exclui a visão teológica, que continua presente, mas não em primeiro plano em todos os momentos, como seria necessário para uma Encíclica puramente teológica.

Às vezes pode-se ter a impressão, e isto é uma visão enraizada em diversos críticos, particularmente dos Estados Unidos, de que o Papa quer ensinar seu ofício aos cientistas...

Permita-me insistir: o que o Papa Francisco quer não é enfatizar a importância dos estudos científicos e dos debates contemporâneos que ele absorveu, mas sim fazer algumas reflexões que envolvem questões antropológicas e éticas. A Igreja não tem habilidade técnica nem científica, mas tem uma fenomenologia antropológica e ética de informação científica, isso sim.

Em algumas passagens, se observa que a Encíclica parece ter enfoques vagamente panteístas. Por exemplo, em passagens como esta: “O fim último das restantes criaturas não somos nós. Mas todas avançam, juntamente conosco e através de nós, para a meta comum, que é Deus”...

Mas há outras em que o Papa Francisco está ligado na íntegra aos ensinamentos da “Caritas in Veritate” de Bento XVI, mudando a interpretação dada nessa grande Encíclica sobre a relação entre o Homem e a Natureza. Como Bento, o Papa Francisco quer esclarecer que o Homem não pode ser colocado em pé de igualdade com as outras criaturas. O Homem na Criação tem uma preeminência sobre os outros seres que deve ser reconhecida. Mas, preeminência não significa domínio despótico, que – como é evidente em nossa Era – se transforma numa tragédia para toda a humanidade.

Seis pontos do último capítulo são dedicados à “conversão ecológica”. Em que ela consiste?

“Conversão ecológica” é uma expressão que está sendo utilizada no contexto de uma abordagem global da questão ecológica. Certamente, a expressão pode induzir a um equívoco, mas não é necessário fossiliza-la demais numa única palavra e numa expressão singular prescindindo do contexto.

Mas a palavra do magistério do Papa não deve estar sujeita a equívocos...

O conceito “conversão ecológica” não deve ser tomado de forma isolada. Pressupõe sempre no ser humano um precedente e precisa de conversão religiosa no confronto com Deus. Somente após esta primeira conversão [a ecológica] emergem todas as consequências do encontro com Jesus nas relações com o mundo e, aí sim, você pode falar de “conversão ecológica”.

Numa Encíclica de quase 200 páginas se fala de “ecologia integral”, mas na realidade as linhas dedicadas ao direito à vida, à família, à educação são muito poucas em comparação com as páginas reservadas para outros temas antropológicos. Por exemplo, aquela que Bento XVI, em seu discurso de 2012 para a Cúria Romana definia como o maior perigo para a Igreja, isto é, a ideologia de gênero, nem sequer é mencionado pelo nome e é lembrado só muito indiretamente no meio do ponto 155...

É verdade que a Encíclica trata dos temas que você mencionou de forma sucinta. Poder-se-ia dar-lhes mais ampla atenção, mas, numa Encíclica maior. De vários passos, no entanto, dela emerge muito claramente que para este Pontífice, a ética ambiental está intimamente ligada à ética social, da vida, da família.

A Encíclica dá amplo espaço para as características da vida urbana e isto também é uma novidade...

A consideração de uma ecologia integral não poderia não evidenciar a importância da inter-relação entre espaços urbanos e rurais e o comportamento humano. Certamente, na construção da nova cidade, na concepção dos edifícios e dos bairros ainda não se fazem suficientes esforços. Não basta olhar para a beleza dos projetos em si sem levar em consideração a qualidade de vida das pessoas, a sua harmonia com o ambiente, do encontro e da ajuda recíproca.

Algumas pessoas, depois de lerem a Encíclica, têm a impressão de que o seu autor, tanto com a mente como com o coração, ficou impressionado essencialmente pelas “vilas misérias”, as favelas de Buenos Aires...

É verdade que a Encíclica confirma a atenção preeminente deste Pontífice no confronto do passado e dos muito pobres. Ele lança um grito de alarme a partir dos mais pobres, porque estes serão os primeiros a sofrer, e do modo mais grave, se o ambiente continuar a se deteriorar. Esta particular atenção aos últimos da escala social nos oferece um novo ângulo de perspectiva.

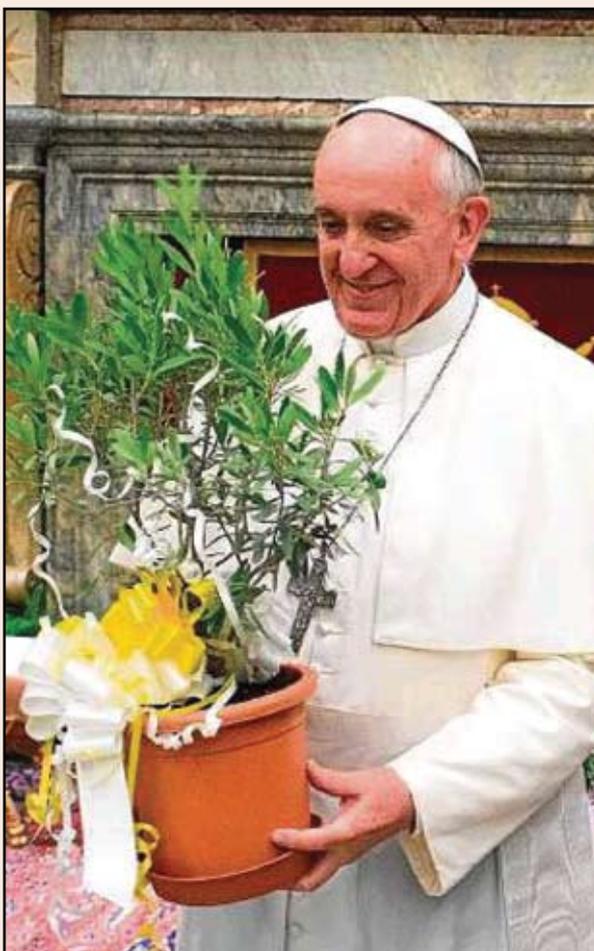
Encoraja-nos a olhar para as questões ambientais de uma forma diferente daquela que estamos acostumados; não só pensando nos aspectos técnicos, econômicos e científicos, mas principalmente naqueles relacionados à dignidade da vida humana e à qualidade de sua existência.

Finalmente, na Encíclica encontramos muitas afirmações ou propostas que darão muito o que falar. Entre elas cito esta passagem (número 193 da Encíclica): “Sabemos que é insustentável o comportamento daqueles que consomem e destroem cada vez mais, enquanto outros ainda não podem viver de acordo com a sua dignidade humana. Por isso, chegou a hora de aceitar um certo decréscimo do consumo nalgumas partes do mundo, fornecendo recursos para que se possa crescer de forma saudável noutras partes”.

São considerações claras e corajosas ao mesmo tempo. Inclusive neste caso, o Papa não é um defensor de formas paupérrimas de vida ou de

propostas de decréscimo insensatas, que desprezam o progresso científico e a indispensabilidade do desenvolvimento técnico e econômico. Ele convida, sobretudo, a olhar para um crescimento que não se restrinja apenas a uns poucos, mas, dito de outra forma, a conciliar o crescimento econômico com o progresso social para todos.

Estas perspectivas que são mais compreensíveis para aqueles que acreditam no bem comum e no destino universal dos bens, assim como numa fraternidade universal. Para que haja uma liberdade econômica da qual possam se beneficiar realmente todos, às vezes, escreve o Papa Francisco, pode ser necessário colocar limites àqueles que detêm maiores recursos e poder financeiro. No passado, isto foi alcançado mediante a reforma do latifúndio. Hoje não se pode entender como não podemos realizar algo semelhante em relação ao uso indiscriminado e ilimitado das espécies e dos recursos não-renováveis. ■



Pe. Josafá Carlos de Siqueira SJ | Reitor da PUC-Rio

A Encíclica ecológica da Igreja: “Laudato Si”

PUC-Rio



Padre Josafá Carlos de Siqueira e o Papa Francisco

Num mundo marcado por rupturas, consumos desenfreados, e uma visão social e ambiental utilitarista, nada mais oportuno do que ouvir a voz da maior autoridade espiritual do Planeta Terra, convidando-nos a refletir, questionar e mudar os gestos e atitudes que não correspondem aos desígnios de Deus sobre a Criação.

É assim que recebemos de coração aberto, a nova Encíclica do Papa Francisco sobre a ecologia, atendendo um apelo de uma problemática que inquieta as esferas políticas, econômicas, científicas e religiosas. A sua chegada veio no momento oportuno da história, onde a humanidade terá que resgatar alguns valores de sua relação com a Criação, como também ter a coragem de tomar as medidas necessárias e urgentes para evitar o aumento dos problemas socioambientais que afetam a todos nós que habitamos neste lindo Planeta que Deus nos confiou a missão de cuidar, conservar e utilizar os recursos disponíveis de forma respeitosa e sustentável.

O ponto de partida da Encíclica está no próprio título, *Laudato Si*, pois a atitude de louvor ao Criador, pela grandiosa obra da Criação, é o primeiro gesto de gratidão do ser humano que integra com as demais criaturas, toda a beleza e perfeição do mundo criado por Deus, numa relação íntima e inseparável entre a ecologia humana e a ecologia ambiental. Nesta perspectiva, com um pensamento sistêmico de uma Ecologia Integral, o Papa Francisco nos chama atenção sobre alguns valores éticos, e nos convida a mudar aquilo que vem destruindo, humilhando e comprometendo as relações sociais, teológicas e ecológicas do Planeta onde vivemos.

Resumidamente, o Papa Francisco nos exorta a resgatar a nossa missão de guardiães da Criação, vendo nela um dom gratuito que recebemos do Criador, uma dignidade, e um valor que nos leva a cuidar e utilizar com sabedoria os recursos da natureza, respeitando a beleza, os limites, a finalidade e a utilidade dos diferentes seres vivos, e a sua função nos ecossistemas.

Por outro lado, o Pontífice nos questiona sobre os descaminhos na nossa relação com a Criação, a saber: a ênfase na visão utilitarista que esquece a Criação como um dom de Deus; o descuido, a exploração e a perda da atitude de encantamento, contemplação e escuta da Criação; a primazia do econômico que tem gerado uma exploração demasiada da natureza, criando uma cultura de descarte e consumista, onde as realidades sociais e ambientais frágeis ficam indefesas, em face dos interesses do mercado divinizado; a importância de compreendermos que a problemática socioambiental não é uma questão apenas política e econômica, mas, sobretudo, ética, teológica e antropológica; o desperdício e o esbanjamento dos alimentos, num mundo onde a fome atinge milhares de pessoas; as mudanças climáticas que desequilibram as relações do Planeta, gerando consequências sérias para a humanidade, sobretudo para os pobres, que são as principais vítimas das catástrofes; a desertificação do solo como uma doença da terra; a extinção de espécies como uma mutilação na obra da Criação, entre outras questões abordadas na Encíclica.

Além destes pontos acima mencionados, o Papa Francisco nos convida a uma mudança de mentalidade, hábitos e costumes, testemunhando em ações concretas a favor da sustentabilidade da obra do Criador. Dentre estas, destacam-se: o resgatar da atitude de encantamento da natureza; o combate à cultura do descarte; a ampliação do diálogo interreligioso sobre esta temática; a recuperação da relação inseparável entre a ecologia humana e ambiental; o testemunho e o compromisso com as atitudes concretas em favor da sustentabilidade do Planeta Terra; a atitude de abertura para o debate sobre as mudanças climáticas, o destino universal dos bens e a busca de soluções para enfrentar as questões socioambientais no presente e no futuro.

Neste momento, após o lançamento da nova Encíclica, somos convidados a uma leitura minuciosa do documento, tomando consciência das questões abordadas, e procurando divulgá-las amplamente em nossos ambientes e convívios e, concretamente, procurando dar o testemunho em ações efetivas nas famílias, nas escolas, nos bairros e nas cidades. Ver e agir devem ser a nossa atitude neste momento tão importante, onde a humanidade está sedenta de consenso e soluções socialmente justas, teologicamente necessárias e ecologicamente sustentáveis. ■

A “Laudato Si” é o ato Nº 1 de uma nova civilização

Entrevista com Edgar Morin

Sociólogo e filósofo

O senhor não hesitou, após sua leitura, em qualificar a Encíclica Laudato Si’ de providencial. O que quer dizer?

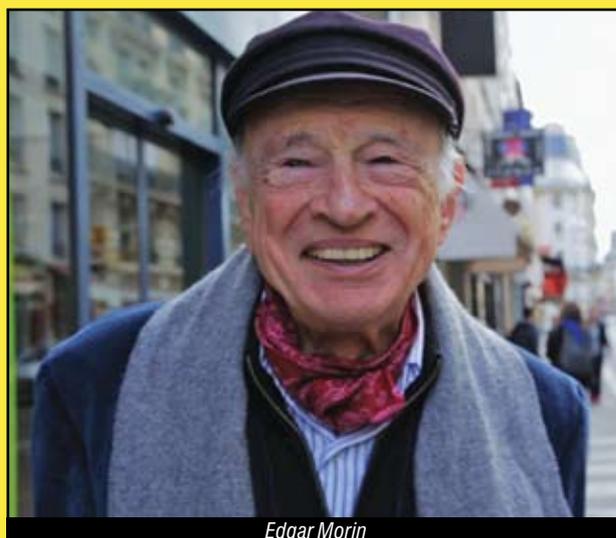
Providencial, não no sentido da Divina Providência! Mas nós vivemos uma época de deserto do pensamento, um pensamento fragmentado em que os partidos que se dizem ecologistas não têm nenhuma real visão da magnitude e da complexidade do problema, em que perdem de vista o interesse daquilo que o Papa Francisco, numa maravilhosa fórmula retomada de Gorbatchev, chama de “casa comum”. No entanto, esta preocupação com uma visão complexa, global, no sentido de que é preciso tratar as relações entre cada parte, sempre me animou.

Neste “deserto” atual, pois, eis que surgiu esse texto que vejo bem estruturado, e que responde a esta complexidade! Francisco definiu a “ecologia integral”, que não é, sobretudo, esta ecologia profunda que pretende converter ao culto da Terra e subordinar tudo a ela. Ele mostra que a ecologia toca profundamente as nossas vidas, a nossa civilização, os nossos modos de agir, nossos pensamentos.

Mais profundamente, ele critica um paradigma “tecnológico”, esta maneira de pensar que ordena todos os nossos discursos e que os torna obrigatoriamente fiéis aos postulados técnicos e econômicos para tudo solucionar. Com esse texto, há ao mesmo tempo um apelo para a tomada de consciência, uma incitação a repensar a nossa sociedade e a agir. Esse é o sentido de providencial: um texto inesperado e que mostra o caminho.

Encontra no texto uma perspectiva humanista da ecologia?

Sim, porque através desta noção de ecologia integral, a encíclica convida a ter em conta todas as lições desta crise ecológica. Mas também com a condição de precisar a noção de humanismo, que tem um duplo sentido. Na verdade, é o que Francisco disse em seu discurso. Ele critica uma forma de antropocentrismo. Existe, com efeito, um humanismo antropocêntrico, que coloca o homem no centro do universo, que faz do homem o único sujeito do universo; em suma, onde o homem se situa no lugar de Deus. Eu não sou crente, mas penso que esse papel divino que se atribui, às vezes, ao homem é absolutamente insensato.



Edgar Morin

E, uma vez que nos encontramos nesse princípio antropocêntrico, a missão do homem, muito claramente formulada por Descartes, é conquistar a natureza e dominá-la. O mundo da natureza tornou-se um mundo de objetos. O verdadeiro humanismo é, ao contrário, aquele que vai dizer que eu reconheço em todo ser vivo ao mesmo tempo um ser semelhante e diferente de mim.

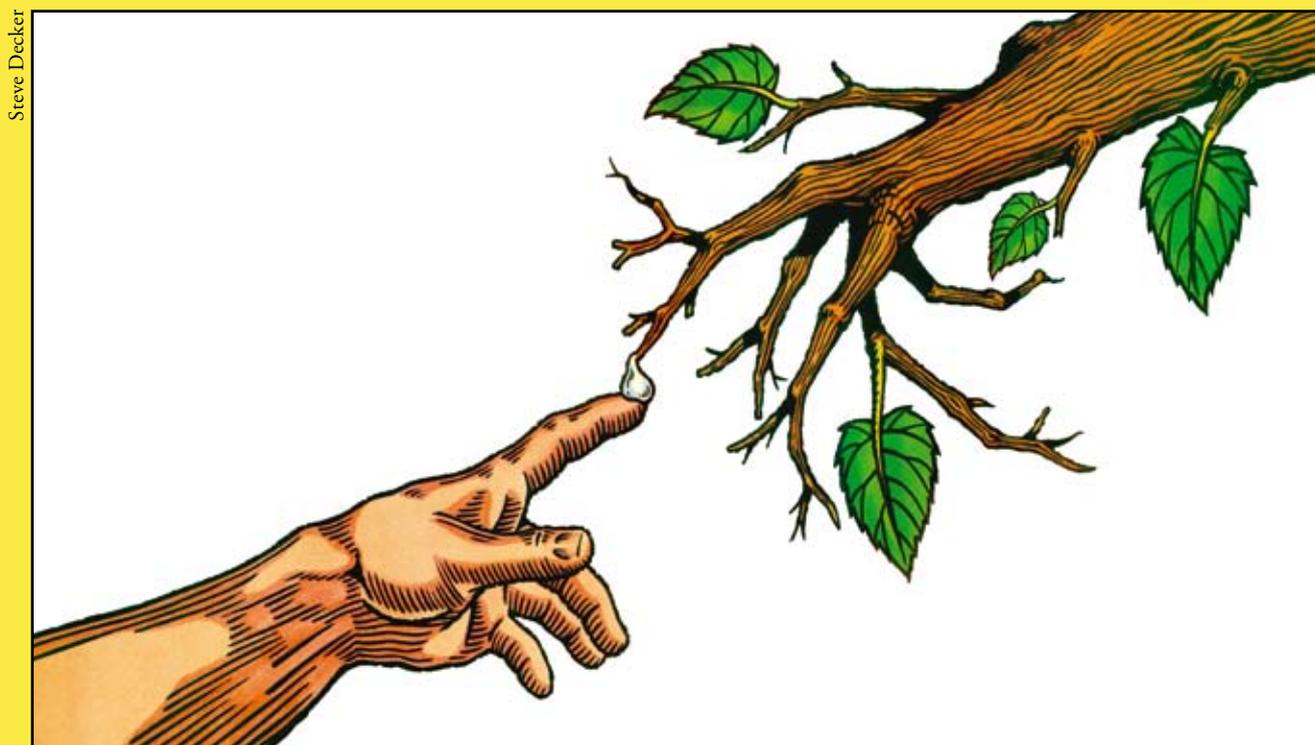
O senhor fez sua a invocação de Francisco de Assis, retomada pelo Papa, que fala do irmão Sol, que implica uma forma de fraternidade com o que os cristãos chamam de Criação?

O Papa teve a sorte de encontrar no cristianismo São Francisco de Assis! Porque se não tivesse sido isso, teríamos poucas referências... Hoje, nós sabemos que temos em nós células que se multiplicaram desde as origens da vida, que elas nos constituem como qualquer ser vivo... Se remontarmos à história do universo, nós nos daremos conta de que carregamos em nós todo o cosmos, e isso de uma maneira singular. Há uma profunda solidariedade com a natureza, embora sejamos diferentes, pela consciência, pela cultura... Mas, apesar de sermos diferentes, somos todos filhos do Sol. O verdadeiro problema não é nos reduzirmos ao estado da natureza, mas não nos separarmos do estado de natureza.

O Santo Padre é levado a encontrar na Bíblia um certo número de elementos que justificam sua abordagem. Mas eu penso, ao contrário, que a Bíblia narra uma criação do homem totalmente separada dos animais, e que ela começou a gerar este pensamento antropocêntrico, que a mensagem de Paulo continuou, separando o destino pós-morte dos humanos dos outros seres vivos. Esta concepção separa, na minha opinião, a civilização judaico-cristã das outras grandes civilizações.

Mas justamente na Encíclica Laudato Si' o Papa dá uma interpretação oposta do Gênesis...

Enfim, é verdade que a Argentina, que conheceu tantas provações, que foi obrigada a pagar sua dívida porque estava falida, é um país em que há uma vitalidade democrática extraordinária. Eu não diria que é um milagre, mas foi necessário que um Papa viesse de lá, com esta experiência humana. É um papa impregnado por esta cultura andina que opõe ao “bem-estar”, exclusivamente materialista europeu, o “bem viver”, que é desenvolvimento pessoal e comunitário autêntico. A mensagem pontifical apela para uma mudança, para uma nova civilização, e sou bem sensível a isso. Essa mensagem é, talvez, o ato número 1 para uma nova civilização.



Steve Decker

É verdade, podemos muito bem fazer interpretações cosmogênicas do Gênesis, especialmente porque “Elohim”, que é o Deus do Gênesis, é um plural singular: ele é uno e múltiplo. Também podemos encontrar nele uma espécie de turbilhão criador. É verdade também que, no Gênesis, está escrito que no princípio Elohim separa o céu da Terra.

Essa também é uma ideia interessante, porque para que haja um universo é preciso uma separação entre os tempos (passado, presente e futuro) e o espaço (aqui e lá). Mas, minha concepção, que se situa na esteira de Spinoza, repousa sobre a capacidade criadora da natureza. Eu creio que a criatividade não parte de um criador inicial, mas de um evento inicial.

O senhor conhece bem a América Latina. Acredita que a reflexão de Francisco é tributária da cultura argentina?

Com certeza. O que sempre me impressionou é sentir na América Latina, de modo geral, uma vitalidade, uma capacidade de iniciativa que não encontramos aqui [Europa]. Na Encíclica, por exemplo, encontro esse sentido da pobreza, tão forte nesse continente. Na Europa, nós esquecemos completamente os pobres, nós os marginalizamos. Mas também na encíclica o conceito de pobreza está vivo, como as manifestações do Movimento dos Sem Terra ou do povo, no Brasil.

Para além desta nova Encíclica, intitulada Laudato Si' (Louvado Sejas), como vê a contribuição das religiões na nossa sociedade?

Todos os esforços para acabar com as religiões fracassaram completamente. As religiões são realidades antropológicas. O cristianismo conheceu uma contradição entre alguns de seus desenvolvimentos históricos e sua mensagem inicial, evangélica, que é o amor dos humildes. Mas, depois que a Igreja perdeu seu monopólio político, uma parte dela encontrou novamente a sua fonte evangélica.

A última Encíclica é uma completa refontalização evangélica. Os cristãos, quando animados pela fonte da sua fé, são tipicamente pessoas de boa vontade, que pensam no bem comum.

A fé pode ser uma salvaguarda contra a corrupção de políticos ou de administradores. A fé pode dar coragem. Se, hoje, numa época de virulência, as religiões voltassem à sua mensagem inicial – em particular o islã, onde Alá é o Clemente e o Misericordioso –, elas seriam capazes de se compreender.

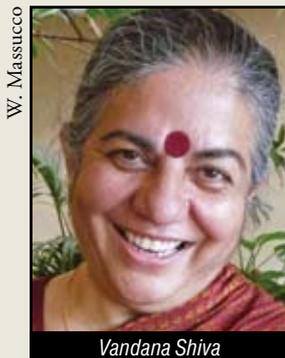
Hoje, para salvar o Planeta, que está verdadeiramente ameaçado, a contribuição das religiões é bem-vinda. Esta Encíclica é uma brilhante manifestação disso. ■

Vandana Shiva | Física, ambientalista, feminista, escritora e ativista política

“Laudato Si” é o Manifesto do Século 21

Muitos dos artigos sobre a Encíclica do Papa Francisco antes e depois da apresentação oficial (18/6) reduziram este documento que contém 246 parágrafos sobre a crise ecológica e humana, para apenas os quatro parágrafos que tratam sobre as mudanças climáticas (23 a 26). Mas, a “Laudato Si” é muito mais ampla e profunda. É, antes de tudo, um chamado para a mudança da compreensão do mundo a partir do paradigma do domínio sobre a natureza e sua destruição, para outra, na qual vemos a Terra como a nossa Mãe, como a nossa casa comum.

“Laudato Si” começa com a oração de São Francisco “Lou-vado sejas, meu Senhor, pela nossa irmã, a Mãe Terra, que nos sustenta e governa, e produz variados frutos com flores coloridas e verduras”: um texto que tem profunda ressonância com a filosofia indiana *Vasudhaiv Kutumbkan* (de *Vasudha*, a Terra e *Kutumbakam*, a Família; em sânscrito significa “o mundo é uma família”) e também com o movimento contemporâneo pelos Direitos da Mãe Terra, e está em consonância com as culturas e as religiões de todo o mundo.



W. Masstrico

Vandana Shiva

A Encíclica é um convite urgente para “renovar o diálogo sobre a forma como estamos construindo o futuro do Planeta” (parágrafo 14) e isso inclui a biodiversidade, o ar, a água, os oceanos. É claro que para proteger a casa comum precisamos “unir toda a família humana” (13). A Encíclica “Laudato Si” continua: “Esta irmã clama contra o mal que lhe provocamos por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens que Deus nela colocou. Crescemos pensando que éramos seus proprietários e dominadores, autorizados a saqueá-la. A violência que está no coração humano ferido pelo pecado, vislumbra-se nos sintomas da doença que notamos no solo, na água, no ar e nos seres vivos”.(2)

O solo é frequentemente citado, incluindo as intervenções humanas desde a degradação dos solos e dos ecossistemas, do desmatamento até a mudança climática. E o Papa lembra que “Esquecemo-nos de que nós mesmos somos terra (Gn 2, 7). O nosso corpo é constituído pelos elementos do Planeta; o seu ar nos permite respirar, e a sua água nos vivifica e nos restaura”. Uma verdade importante, que nos permite tomar consciência num nível profundo e que é a base do manifesto de nossa organização não-governamental, Navdanya “Terra Viva”, que apresentamos em Maio, na Expo-Milão, no Ano do Solo, que também é uma celebração do solo como a base de nossas vidas, de “húmus” como raiz de “humano”. Nós somos o solo.



Yann Arthus-Bertrand

“Laudato Si” é muito crítica no que se refere à privatização da água e à ideia de que as formas de vida são apenas minas de genes, úteis para fazer negócios. “Não basta pensar nas diferentes espécies apenas como eventuais ‘recursos’ exploráveis, esquecendo-se que possuem um valor em si mesmas”. (33). O valor intrínseco de todos os seres e de toda a biodiversidade é a ética na qual se fundamenta a filosofia de Navdanya e por isso afirmamos que não devem existir patentes sobre sementes ou propriedade sobre a vida. A “Laudato Si” é cautelosa sobre a questão dos OGM, mas não ao ponto de ameaçar os pequenos agricultores.

Os únicos ameaçados são aqueles que gostariam de continuar a estabelecer seu domínio sobre o Planeta, explorando seus recursos, privatizando os bens comuns, impondo acordos de livre comércio, como o TTP e o TTIP, destruindo a democracia e os direitos dos povos e devastando a Terra que nos sustenta. Estupidamente eles chamam essa destruição de “economia”. Mas a economia é derivada de “Oikos”, a nossa casa, e refere-se à gestão da nossa casa comum, que é o tema da Encíclica. O egoísta e de mente estreita que têm comentado que o Papa não deve interferir na economia deliberadamente esquece ou distorce o que é a economia.



Jane Dedecker

Ela destaca o fato de que, por meio da biotecnologia e dos conhecimentos relacionados ao DNA, um punhado de interesses estão controlando o destino da Terra e da humanidade. “É tremendamente arriscado que resida numa pequena parte da Humanidade” (104).

Tudo aquilo que dará forma à nossa liberdade e sobrevivência é abordado na Encíclica “Laudato Si”: “O ser humano não é plenamente autônomo. A sua liberdade adoce quando se entrega às forças cegas do inconsciente, das necessidades imediatas, do egoísmo, da violência brutal”. Entre as forças cegas do inconsciente se encontram a ideia de antropocentrismo e do crescimento sem limites, do fundamentalismo tecnológico sem as devidas precauções, sem garantias e sem responsabilidade.

A mente tecnológica vê a natureza como uma ordem insensata, um corpo frio de fatos, como um simples “dado”, um objeto útil, como matéria-prima a martelar para transformá-la em lucro. A dignidade intrínseca do mundo está, assim, comprometida.

A natureza não é matéria morta, está viva e quando destruímos a natureza ela pode nos destruir. A nossa arrogância nos está cegando e é esta realidade essencial que as mulheres, os pequenos agricultores e as culturas indígenas têm entendido. Muitos movimentos ficarão mais fortes graças à Encíclica.

A Encíclica nos ajuda a lembrar que é sobre amor e cuidado, não exploração, ganância e destruição. Ela observa que o “nível de intervenção humana, muitas vezes ao serviço dos interesses financeiros e do consumismo, faz com que esta terra onde vivemos se torne realmente menos rica e bela, cada vez mais limitada e cinzenta” (34).

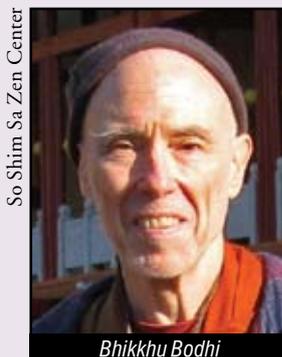
É, levando a beleza, o verdadeiro bem-estar e a alegria de viver em harmonia com a natureza para o centro da preocupação humana que a Encíclica desperta a nossa profunda humanidade e consciência. Ser humano não é adorar o “deus do dinheiro” ou a tecnologia ou o mito do progresso definido como a conquista da natureza e as pessoas. Ser humano é estar profundamente consciente de que todos os seres compartilham esta linda e preciosa casa.

A Encíclica “Laudato Si” está baseada na ecologia integral, na ligação inseparável da ecologia com a sociedade e com a economia; esta interconexão é a que nós tentamos explorar no manifesto “Terra Viva”.

Na ecologia integral, a sustentabilidade e a justiça social são inseparáveis. Como afirma a Encíclica: “uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres” (49). Isto para mim é a democracia na Terra. ■

Bhikkhu Bodhi | Monge budista, membro de Our Voices

Uma **visão budista** sobre a Encíclica do Papa Francisco



So Shim Sa Zen Center

Bhikkhu Bodhi

No dia 18 de Junho passado, o Papa Francisco emitiu uma Encíclica papal que aponta para as mudanças climáticas como sendo a questão moral fundamental do nosso tempo. A Encíclica proclama, ousadamente, que a capacidade da humanidade de alterar o clima nos coloca com a mais séria responsabilidade moral que já tivemos de suportar. As mudanças climáticas afetam a todos. As perturbações da Biosfera que ocorrem hoje vinculam todos os povos, em todos os lugares, a uma única família humana, fazendo com que os nossos destinos estejam entrelaçados inseparavelmente. Ninguém pode escapar dos impactos climáticos, não importa o quão remoto alguém possa estar dos centros movimentados da indústria e do comércio. A responsabilidade pela preservação do Planeta recai sobre todos.

O futuro da vida humana na Terra depende de um delicado equilíbrio, e a janela para a ação efetiva está se fechando rapidamente. Pontos de ruptura e reações negativas da natureza nos ameaçam tanto quanto as ogivas nucleares. O que aumenta o perigo é nossa tendência à apatia e à negação. Por esta razão, temos de começar a enfrentar a crise com um ato da verdade, reconhecendo que a mudança climática é real e resulta da atividade humana. Nisso, a ciência é clara: o consenso entre os cientistas do clima é quase universal. O tempo para a negação, o ceticismo e o atraso acabou.

As nossas economias baseadas em carbono geram não só montanhas de mercadorias, mas também ondas de calor e inundações, a elevação dos mares e a desertificação. O clima espelha o estado de nossas mentes, refletindo as escolhas que fazemos nos níveis regionais, nacionais e global. Estas escolhas, tanto coletivas quanto individuais, são inevitavelmente éticas. Elas estão espalhadas entre o que é conveniente e o que é certo. Elas determinam quem vai viver e quem vai morrer, quais comunidades irão florescer e quais irão perecer. Em última análise, elas determinam nada menos do que se a própria civilização humana vai sobreviver ou desmoronar.

Uma vez que as religiões comandam a devoção de bilhões de pessoas, são elas que devem liderar os esforços na tentativa de combater as mudanças climáticas, usando suas convicções éticas para mobilizar os seus seguidores. Na qualidade de religião não teísta, o budismo vê os seus compromissos morais decorrerem não do decreto de um Deus Criador, mas a partir da nossa obrigação de promover o verdadeiro bem-estar de nós mesmos e dos outros.

Finbarr O'Reilly

O Buda traça toda a conduta imoral a três fatores mentais, os quais chama de as três raízes maléficas: a ganância, o ódio e a ilusão. A ganância impulsiona as economias a consumirem, com voracidade, os combustíveis fósseis, a fim de maximizar os lucros, destruindo os recursos finitos da Terra e enchendo os seus sumidouros com resíduos tóxicos. O ódio subjaz não só a guerra e a intolerância, mas também a indiferença insensível que nos permite entregar milhares de pessoas a fome, a seca e a inundações devastadoras sem pestanejar. A ilusão – um autoengano e o engano deliberado dos outros – é reforçada pelas falsidades produzidas a partir dos interesses das empresas de combustíveis fósseis em impedir medidas corretivas.

Precisamos reduzir a influência da ganância, do ódio e da ilusão no funcionamento dos sistemas sociais. A formação política deve estar motivada não por um autointeresse estreito, mas pelo espírito magnânimo de generosidade, compaixão e sabedoria. Uma economia baseada na premissa da expansão infinita, voltada para a produção e o consumo infinitos, tem de ser substituída por uma economia de Estado regida pelo princípio da suficiência, que prioriza a satisfação, o serviço aos outros e a realização interior como a medida da boa vida.

A maré moral de nossa época nos impulsiona em duas direções. Uma delas vai no sentido de elevarmos os padrões de vida das bilhões de pessoas atoladas na pobreza, que lutam a cada dia para sobreviver. A outra é a de preservar a integridade e a capacidade de sustentação do Planeta. Uma rápida transição para uma economia alimentada por fontes limpas e renováveis de energia, com a transferência de tecnologia para países em desenvolvimento, permitiria realizar tanto uma coisa quanto a outra, combinando justiça social com sustentabilidade ecológica.

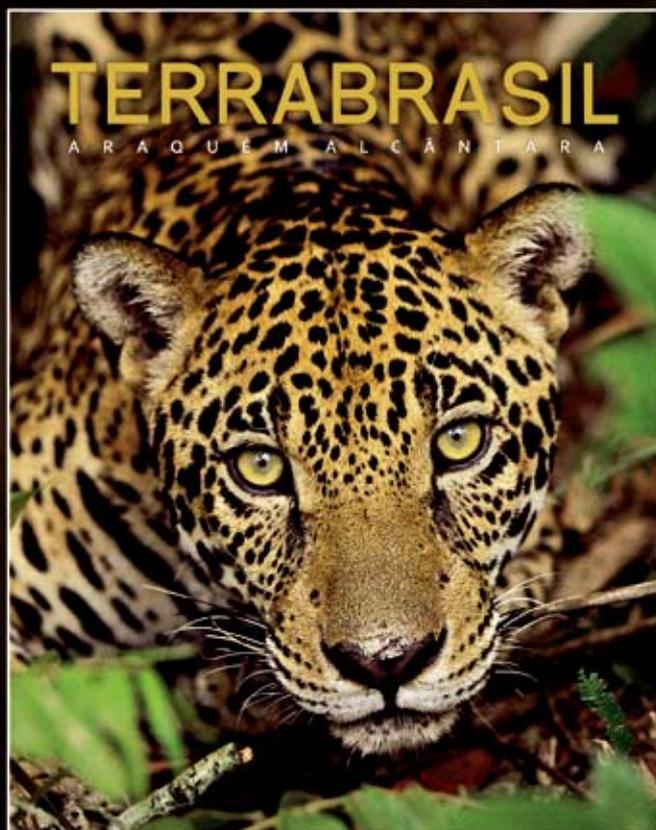
De início, devemos começar esta transição assumindo compromissos nacionais e globais altamente específicos de reduzir as emissões de carbono, e devemos fazê-lo rápido. A COP-21, que se reunirá em Paris em Dezembro, tem de mostrar o caminho. Esta reunião deve culminar em um acordo climático que imponha metas verdadeiramente rigorosas, vinculantes e exequíveis para a redução de emissões de Gases de Efeito Estufa à atmosfera.

Promessas por si só não serão suficientes: os mecanismos de aplicação destas diretrizes são fundamentais. E, além de um acordo forte, vamos precisar de um esforço internacional, realizado com um sentido de urgência convincente, para afastar a economia global da dependência dos combustíveis fósseis, indo em direção a fontes limpas de energia.

O Papa Francisco nos lembra que as mudanças climáticas representam não somente um desafio político, mas também um chamado à consciência moral. Se continuarmos a queimar combustíveis fósseis para empoderar o crescimento econômico desenfreado, a Biosfera irá se desestabilizar, resultando em devastação inimaginável, mortes de milhares de pessoas, Estados falidos e caos social. Mudar para energia limpa e renovável pode reverter esta tendência, abrindo caminhos para uma economia de estado estacionário que eleva os padrões de vida de todos. Um caminho conduz a uma cultura da morte; o outro conduz a uma nova cultura da vida.

Na medida em que as mudanças climáticas se aceleram, a escolha diante de nós mostra-se cada vez mais gritante, e a necessidade de escolhermos sabiamente torna-se cada vez mais urgente. ■

Tradução de Isaque Gomes Correa - IHU

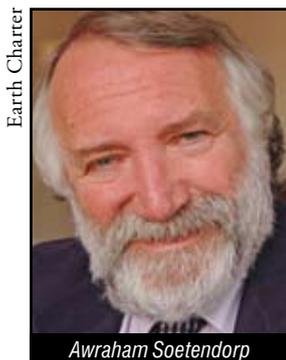


vendas:
bookmix@uol.com.br
tel. 3331-0536 e 3331-9662

Awraham Soetendorp | Rabino, Ambientalista e Co-Fundador da Cruz Verde Internacional

A Encíclica “Laudato Si” na **visão de um rabino**

Tomando a extraordinária mensagem do Papa, palavra por palavra, lembrou-me dos comentários aparentemente contraditórios sobre como o povo judeu recebeu os Dez Mandamentos. No primeiro, a tribo nômade dos judeus expressou a sua vontade de receber e implementá-los por livre arbítrio. No outro comentário, o povo judeu negou-se a aceitá-los, tal como o fizeram todos os outros povos, por considerá-los exigentes por demais. Deus levou o povo judeu ao Monte Sinai. Logo levantou a montanha por cima de suas cabeças e disse: “Quando te decidas a aceitar os Mandamentos, viverás. Se não os aceitares deixarei cair a montanha e esta será tua tumba”. O Papa Francisco assinala a esmagadora evidência científica, junto com as nossas próprias experiências locais e globais, de que nós, pelas nossas próprias decisões equivocadas e egocêntricas, temos levantado a montanha de desperdícios e de abandono por cima das nossas cabeças.



Earth Charter

Awraham Soetendorp

Sim, isso pode se converter no nosso túmulo. Mas, graças a Deus ainda temos a opção de preservar a nossa Mãe Terra, nosso lar com toda a sua sublime beleza. Tudo o que temos que fazer é reconhecer nosso conhecimento interior que, tal e como o estabelece a Carta da Terra no primeiro parágrafo do seu Preâmbulo, “...somos da única família humana e só uma comunidade terrestre com um destino comum”.

De acordo com o Papa Francisco, porém, o destino não é somente um ideal nobre, mas um plano de ação concreto. Nele deve-se por os pobres e os marginalizados no centro das nossas preocupações, são os que sofrem mais quando seus irmãos e irmãs mais influentes persistem na busca de seus próprios interesses. Parte da solução proposta é que se deve valorizar mais o ser, e não o ter mais.

Todo o mundo e todas as coisas estão interconectadas. Este princípio de interconexão constitui o núcleo da Carta da Terra. A Encíclica “Laudato Si” nos urge a prestar atenção à sabedoria e às advertências dos povos indígenas. Lembro muito bem o *cri de coeur* de nossa querida mãe dos maoris da Nova Zelândia, Pauline Tangiora, que se levantou durante a última sessão das consultas da Carta da Terra, em Paris, no ano 2.000. Ela assinalou que todos os nossos esforços seriam inúteis se não entendêssemos o significado de tribo, o sentimento natural de pertencimento e de responsabilidade. Se não nos relacionamos em paz e harmonia compassiva com a natureza, não nos relacionaremos com amor e responsabilidade com os outros como seres humanos. E enquanto não nos relacionarmos com amor e responsabilidade com os outros como seres humanos, não seremos capazes de nos relacionar em paz e harmonia compassiva com a natureza.

De maneira paradoxal, a mudança climática me parece uma bênção dissimulada. A ameaça iminente a nossa existência comum nos aproximará pela necessidade e pela cooperação, essa é a chave. Meu pai, Jacob, de abençoada memória, durante a Segunda Guerra Mundial, escreveu desde seu esconderijo a uma criança escondida numa granja de frangos: “Seja sempre consciente de que Deus criou o ser humano em perfeita concepção da forma como ele queria, que fosse um mundo pleno de cooperação, amor e justiça”. Para mim, as palavras do Papa refletem este significado e sinalizam a esperançosa revolução silenciosa que está acontecendo. Cada vez mais, líderes de distintas tradições espirituais, incluindo o humanismo, percebem que necessitamos uns dos outros desesperadamente para cumprir com nosso objetivo comum.

Dessa forma, o Papa Francisco é o nosso irmão e maestro comum. Seu chamado para amar a nossa Mãe Terra e a todos os seres vivos ressoa em todos nós. Oferece maior visibilidade aos apelos urgentes que se comunicaram a partir de outras tradições espirituais e manifestos inter-religiosos nos últimos anos.

Escher



Da periferia para o centro, nos leva por um caminho perigoso cheio de obstáculos desde a negação e o medo paralisante até a energia indomável da esperança.

Há quinze anos (em 2000 a Comissão da Carta da Terra, uma entidade internacional independente, concluiu e divulgou a Carta dos Povos), demos expressão a nossa noção existencial de que nos encontrávamos num momento crítico na história da Terra, um tempo no qual a humanidade deveria escolher seu futuro. Esses anos não foram desperdiçados; pelo contrário, uma aliança cada vez mais forte de cidadãos pioneiros, proféticos, globais e a crescente vontade política dos governos provocaram o inesperado sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O registro mostra que a humanidade evitou a quebra moral. Sim, é só um início e temos que aproveitar muito mais a vontade e a disposição de nos por na posição das outras pessoas. A Encíclica abre os nossos olhos e os nossos corações às enormes tarefas que temos pela frente.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que se solicitará à comunidade mundial cumprir, estão voltados para erradicar dentro de quinze anos a vergonhosa pobreza. Isto só será possível mediante a assinatura de um acordo climático responsável em Paris e sua implementação nesses mesmos quinze anos. O fracasso das negociações em Johannesburgo e Copenhague não é o fim da história. Sob a superfície, os poderes menos poderosos cobraram impulso.

As milhares de pessoas que marcharam ao unísono para conseguir uma mudança nas ruas de Nova York em Setembro do ano passado foram a impressionante vanguarda de um crescente protesto massivo. E a recente decisão da Suprema Corte de Justiça da Holanda em favor da ONG Urgenta, que condenou o Governo holandês por não controlar a poluição atmosférica no País, abre uma nova via legal para obrigar os governos a proteger realmente os seus cidadãos, independente dos seus limites fronteiriços.

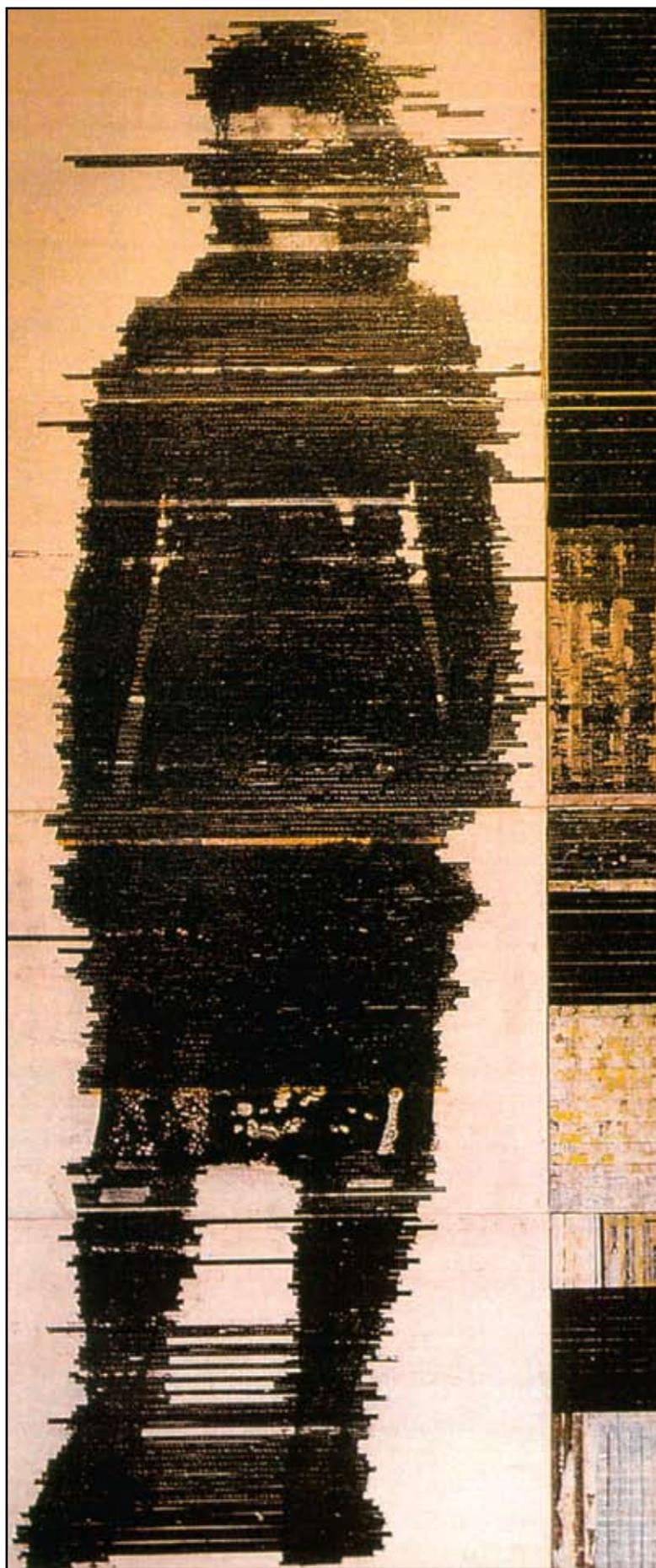
A Encíclica terá uma crucial influência nas negociações de Paris, e de forma particular, suas tradições espirituais, se todos a aprovamos inteiramente e de forma massiva. A minha opinião, corroborada por muitos líderes espirituais nos últimos anos, é que se requer um esforço adicional de todos e cada um de nós. Todas as nossas tradições espirituais nos obrigam a doar uma parte de nossa riqueza para cuidar dos menos favorecidos. Nesse espírito, uma cota extra de pelo menos 0,1 por cento para ajudar a aliviar a pobreza e para sustentar a Terra seria o correto.

É comovedor para nós, que fazemos parte da comunidade da Carta da Terra que o Papa Francisco optara por citar o último parágrafo da Carta da Terra. Cada um de nós é somente um pequeno instrumento, cada oferenda e dedicação com o propósito de ir além de seu próprio interesse, razão pela qual reiteramos a nossa esperança coletiva e a promessa para as próximas gerações. “Que o nosso seja um tempo que se lembre pelo despertar de uma nova reverência perante a vida; pela firme resolução de alcançar a sustentabilidade; pelo aceleração na luta pela justiça e a paz e pela alegre celebração da vida”.

E juntos, com o Papa Francisco, nosso mentor, rezo a Deus:

Derrama sobre nós o poder de teu amor
Para que possamos proteger a vida e a beleza
Enche-nos de paz para que possamos viver
Como irmãos e irmãs sem ferir a ninguém. ■

Antonio Alcaiser Chehab





Leonardo Boff | Teólogo e Ecológico. Este texto será um capítulo de um livro italiano, *Curare la Terra*

O grito da Terra

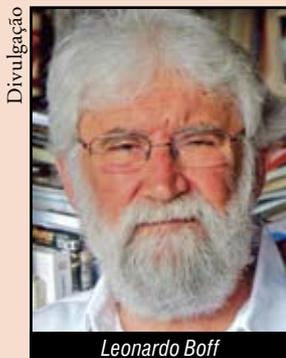
É a primeira vez que um Papa aborda o tema da ecologia no sentido de uma ecologia integral (portanto, que vai além da ambiental) de forma tão completa.

Na Encíclica “Laudato Si”, lançada no dia 18 do mês passado (Junho), o Papa Francisco traz uma grande surpresa: ele elabora o tema dentro do novo paradigma ecológico, coisa que nenhum documento oficial da Organização das Nações Unidas até hoje fez. Fundamental é seu discurso com os dados mais seguros das ciências da vida e da Terra. Ele lê os dados afetivamente, com inteligência sensível ou cordial, pois discerne que por trás deles se escondem dramas humanos e muito sofrimento também por parte da Mãe Terra.

A situação atual é grave, mas o texto do Papa Francisco sempre encontra razões para a esperança e para a confiança de que o ser humano pode encontrar soluções viáveis. Honra os Papas que o antecederam, João Paulo II e Bento XVI, citando-os com frequência.

E algo absolutamente novo: seu texto se inscreve dentro da colegialidade, pois valoriza as contribuições de dezenas de conferências episcopais do mundo inteiro - dos Estados Unidos, da Alemanha, do Brasil, da Patagônia-Comahue, do Paraguai.

Acolhe as contribuições de outros pensadores, como os católicos Pierre Teilhard de Chardin, Romano Guardini, Dante Alighieri, de seu mestre argentino Juan Carlos Scannone, do protestante Paul Ricoeur e do muçulmano Ali Al-Khawwas.



Divulgação

Leonardo Boff

Finalmente, os destinatários são todos os seres humanos, pois todos são habitantes da mesma “Casa Comum” (expressão muito usada pelo Papa Francisco) e padecem das mesmas ameaças.

Francisco não escreve na qualidade de mestre e doutor da fé, mas como um pastor zeloso que cuida dessa casa comum e de todos os seres (não só dos humanos) que habitam nela.

Um elemento merece ser ressaltado, pois revela a “forma mentis” (a maneira de organizar o pensamento) do Papa. É tributário da experiência pastoral e teológica das igrejas latino-americanas, que à luz dos documentos do episcopado latino-americano (Conselho Episcopal Latino-Americano - CELAM) de Medellín (1968), de Puebla (1979) e de Aparecida (2007) fizeram uma opção pelos pobres, contra a pobreza e em favor da libertação.

O texto e o tom da Encíclica são típicos do Papa Francisco e da cultura ecológica que ele acumulou. Mas, me dou conta de que também muitas expressões e modos de falar remetem ao que vem sendo pensado e escrito principalmente na América Latina. Os temas da “Casa Comum”, da “Mãe Terra”, do “Grito da Terra” e do “Grito dos Pobres”, do “cuidado”, da “interdependência entre todos os seres”, do “valor intrínseco de cada ser”, dos “pobres e vulneráveis”, da “mudança de paradigma”, do “ser humano como Terra” que sente, pensa, ama e venera, da “Ecologia Integral”, entre outros, são recorrentes entre nós.

A estrutura da Encíclica obedece ao ritual metodológico usado por nossas igrejas e pela reflexão teológica ligada à prática de libertação, agora assumida e consagrada pelo Papa: ver, julgar, agir e celebrar.

Primeiramente, revela sua fonte de inspiração maior: São Francisco de Assis, chamado por ele de “exemplo por excelência de cuidado e de uma ecologia integral e que mostrou uma atenção especial aos pobres e abandonados”.

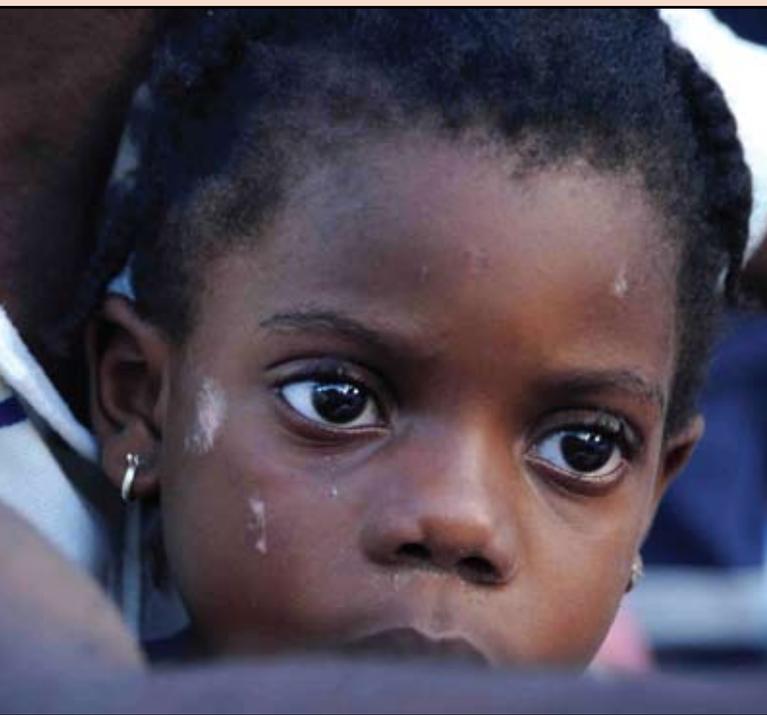


Climare refugees

Ver

E então começa com o ver, “o que está acontecendo à nossa casa”. Afirma o Papa: “Basta olhar a realidade com sinceridade para ver que há uma deterioração de nossa casa comum”. Nessa parte, ele incorpora os dados mais consistentes sobre as mudanças climáticas, a questão da água, a erosão da biodiversidade, a deterioração da qualidade da vida humana e a degradação da vida social; denuncia a alta taxa de iniquidade planetária, que afeta todos os âmbitos da vida e cujas principais vítimas são os pobres.

Francisco traz uma frase que nos remete à reflexão feita na América Latina: “Hoje não podemos desconhecer que uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social que deve integrar a justiça nas discussões sobre o ambiente, para escutar tanto o grito da Terra quanto o grito dos pobres”. Logo a seguir, acrescenta: “Gemidos da Irmã Terra se unem aos gemidos dos abandonados deste mundo”.



Justin Stumberg - U.S. Navy

Isso é absolutamente coerente, pois logo no início diz que “nós somos Terra”, na linha do grande cantor e poeta indígena argentino Atahualpa Yupanqui: “O ser humano é Terra que caminha, que sente, que pensa e que ama”. Depois, condena a proposta de internacionalização da Amazônia, que “apenas serviria aos interesses das multinacionais”. Há uma afirmação de grande vigor ético: “É gravíssima iniquidade obter importantes benefícios fazendo pagar o resto da humanidade, presente e futura, os altíssimos custos da degradação ambiental”.

Com tristeza reconhece: “Nunca ofendemos nossa Casa Comum como nos últimos dois séculos”. Em face dessa ofensiva humana contra a Mãe Terra, que muitos cientistas denunciaram como a inauguração de uma nova Era Geológica - o Antropoceno -, lamenta a debilidade dos poderes deste mundo, que, iludidos, “pensam que tudo pode continuar como está” como alibi para “manter seus hábitos autodestrutivos” com “um comportamento que parece suicida”.

Prudente, reconhece a diversidade das opiniões e que “não há uma única via de solução”. Mesmo assim “é certo que o sistema mundial é insustentável sob vários pontos de vista, porque deixamos de pensar os fins do agir humano” e nos perdemos na construção de meios destinados à acumulação ilimitada à custa da injustiça ecológica (degradação dos ecossistemas) e da injustiça social (empobrecimento das populações). A humanidade simplesmente “frustrou a esperança divina”.

O desafio urgente, então, consiste em “proteger nossa Casa Comum”. E, para isso, precisamos, aí citando João Paulo II, “de uma conversão ecológica global”, “uma cultura do cuidado que impregne toda a sociedade”.

Julgar

Realizada a dimensão do ver, se impõe agora a dimensão do julgar. Esse julgar é realizado por duas vertentes, uma científica e outra teológica.

Vejam a científica. A Encíclica dedica todo o terceiro capítulo à análise “da raiz humana da crise ecológica”. Aqui o Papa se propõe analisar a tecnociência sem preconceitos, acolhendo o que ela trouxe de “coisas preciosas para melhorar a qualidade de vida do ser humano”. O problema é que ela submeteu a economia, a política e a natureza em vista da acumulação de bens materiais. Ela parte de um pressuposto equivocado, que é a “disponibilidade infinita dos bens do Planeta”, quando sabemos que já encostamos nos limites físicos da Terra e grande parte dos bens e serviços não são renováveis. A tecnociência se tornou tecnocracia, uma verdadeira ditadura com sua lógica férrea de domínio sobre tudo e sobre todos.

A grande ilusão, hoje dominante, reside na crença de que com a tecnociência se pode resolver todos os problemas ecológicos. Essa é uma diligência enganosa porque “implica isolar as coisas que estão sempre conectadas”. Na verdade, “tudo se relaciona” - uma afirmação que perpassa todo o texto da Encíclica como um *ritornelo*, pois é um conceito-chave do novo paradigma contemporâneo.

O grande limite da tecnocracia está no fato de “fragmentar os saberes e perder o sentido de totalidade”. O pior é “não reconhecer o valor intrínseco de cada ser e até negar um peculiar valor do ser humano”.

O desvio maior produzido pela tecnocracia é o antropocentrismo moderno. Seu pressuposto ilusório é que as coisas apenas possuem valor na medida em que se ordenam ao uso humano, esquecendo que sua existência vale por si mesma. Se é verdade que tudo está conectado, então, “nós seres humanos somos unidos como irmãos e irmãs e nos unimos com terno afeto ao irmão sol, à irmã lua, ao irmão rio e à Mãe Terra”. Como podemos pretender dominá-los e vê-los na óptica estreita da dominação por parte do ser humano?

Todas essas “virtudes ecológicas” são perdidas pelo desejo de poder como instrumento de dominação dos outros e da natureza. Vivemos uma angustiante “perda do sentido da vida e da vontade de viver juntos”. O Papa Francisco cita algumas vezes o teólogo ítalo-alemão Romano Guardini (1885-1968), um dos mais lidos nos meados do século passado e que escreveu um livro crítico contra as pretensões da modernidade (*Das Ende der Neuzeit*, 1959)¹.

1. Nota da ECO•21: O Fim do Mundo Moderno, em tradução livre para o português

A outra vertente do julgar é de cunho teológico. A Encíclica reserva bom espaço ao Evangelho da Criação, justificando a contribuição das religiões e do cristianismo, pois, sendo a crise global, cada instância deve, com o seu capital religioso, contribuir para o cuidado da Terra. Não insiste nas doutrinas, mas na sabedoria presente nos vários caminhos espirituais.

O texto se abre para uma visão evolucionista do universo, sem usar a palavra, mas fazendo um circunlóquio, referindo-se ao universo “composto por sistemas abertos que entram em comunhão uns com os outros”. Utiliza os principais textos que ligam Cristo encarnado e ressuscitado com o mundo e com todo o universo, tornando sagrada a matéria e toda a Terra. É nesse contexto que cita Pierre Teilhard de Chardin (1881-1955; jesuíta e teólogo francês, proibido de lecionar e publicar seus textos e cuja obra só foi reconhecida pela Igreja em 1981) como precursor dessa visão cósmica que integra ciência e teologia.

A Encíclica conclui essa parte acertadamente: “A análise mostrou a necessidade de uma mudança de rumo. Devemos sair da espiral de autodestruição em que estamos afundando”. Não se trata de uma reforma, mas, citando a Carta da Terra (declaração de princípios éticos para a construção de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica; iniciativa da ONU ratificada em 2000), de buscar “um novo começo”. A interdependência de todos com todos nos leva a pensar “num só mundo com um projeto comum”.

Agir

O terceiro passo metodológico é o agir. Nessa parte, a encíclica se atém aos grandes temas da política internacional, nacional e local. Sublinha a interdependência do social e do educacional com o ecológico e constata lamentavelmente os constrangimentos que o domínio da tecnocracia traz, dificultando mudanças capazes de frear a voracidade da acumulação e do consumo e de inaugurar o novo. Retoma o tema da economia e da política, que devem servir ao bem comum e criar as condições de uma plenitude humana possível. Volta a insistir no diálogo entre a ciência e a religião, como vem sendo sugerido pelo grande biólogo estadunidense Edward O. Wilson (*A Criação: Como Salvar a Vida na Terra*, 2008). Todas as religiões “devem buscar o cuidado da natureza e a defesa dos pobres”.

Ainda no aspecto do agir, a Encíclica desafia a educação a criar a “cidadania ecológica” e um novo estilo de vida assentado sobre o cuidado, a compaixão, a sobriedade compartilhada, a aliança entre humanidade e ambiente, pois ambos estão umbilicalmente ligados, e a corresponsabilidade por tudo o que existe e vive e pelo nosso destino comum.

Celebrar. Por fim, o momento do celebrar. A celebração se realiza num contexto de “conversão ecológica” que implica uma “espiritualidade ecológica”. Esta se deriva não tanto das doutrinas teológicas, mas das motivações que a fé suscita para cuidar da casa comum e “alimentar uma paixão pelo cuidado do mundo”. Tal vivência é, antes, uma mística que mobiliza as pessoas a viverem o equilíbrio ecológico, “aquele interior consigo mesmo, aquele solidário com os outros, aquele natural com todos os seres vivos e aquele espiritual com Deus”. Aí aparece como verdadeiro que “o menos é mais” e que podemos ser felizes com pouco. No sentido de celebração, “o mundo é mais que uma coisa a se resolver, é um mistério grandioso para ser contemplado na alegria e no louvor”.

Arquivo

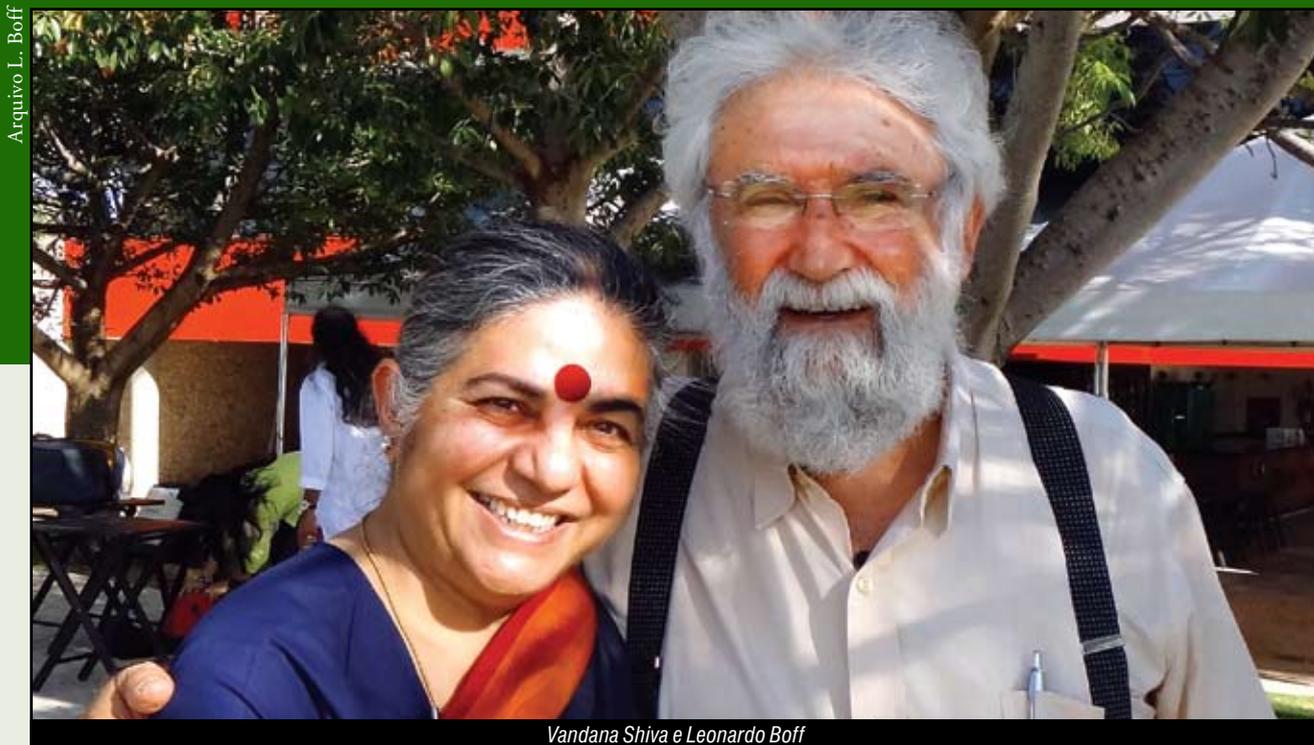


O espírito terno e fraterno de São Francisco de Assis passa todo o texto da Encíclica. A situação atual não significa uma tragédia anunciada, mas um desafio para cuidarmos da casa comum e uns dos outros. Há no texto leveza, poesia e alegria no Espírito e inabalável esperança de que, se grande é a ameaça, maior é a oportunidade de solução de nossos problemas ecológicos.

Francisco termina poeticamente com as palavras “Para além do sol”, dizendo: “Caminhemos cantando. Que nossas lutas e nossas preocupações por esse Planeta não nos tirem a alegria da esperança”.

Apraz-me terminar com as palavras finais da Carta da Terra que o próprio Papa Francisco cita: “Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação da luta pela justiça e pela paz, e a alegre celebração da vida”.

A Teologia da Libertação e a Encíclica sobre ecologia



Vandana Shiva e Leonardo Boff

A Encíclica publicada em 18 de Junho marca um forte compromisso da Igreja com a ecologia. Para escrevê-la, o Papa Francisco foi inspirado pela Teologia da Libertação, um movimento nascido na década de 1960 na América Latina. Ela coloca os pobres no coração da religião. Iluminação num movimento de vanguarda pouco conhecido na Europa.

“Quando a última árvore for cortada, quando o último rio for envenenado, quando o último peixe for capturado, é então que perceberemos que dinheiro não se come”. Ele que retomou assim diz o ditado, por vezes atribuída a Gerônimo, por vezes, a um índio Creek, há mais de vinte anos, não é um profeta da desgraça, mas um ex-padre brasileiro, cofundador da Teologia da Libertação, Leonardo Boff.

Esta corrente católica nascida na América do Sul no final dos anos 1960 é a vanguarda global da luta ecológica. Como tal, Leonardo Boff é, certamente, um dos autores que o Papa Francisco teve que ler cuidadosamente para preparar a sua Encíclica sobre a ecologia, a *Laudato Si* (*Louvado Sejas*). A Teologia da Libertação, porém, nem sempre teve um cheiro de santidade no Vaticano.

Foi em 1971 que essa expressão apareceu pela primeira vez para o público em geral na capa de um livro que seria conhecido no mundo todo, assinado por um padre, teólogo e filósofo peruano, Gustavo Gutiérrez.

A originalidade desta nova Teologia tem seu ponto central retirado do Evangelho: a opção preferencial pelos pobres. Mas ao contrário de outros movimentos e personalidades católicas que dedicaram suas vidas aos mais pobres, Gustavo Gutiérrez e seus amigos os consideravam principalmente como sujeitos de sua emancipação e não apenas como objetos de atenções caritativas.

Concretamente, eles criaram nos anos 1960, formas de organização da vida compartilhada tanto no plano material como no espiritual, denominadas comunidades eclesiais de base. Padres, e às vezes bispos, escolheram viver em favelas e comunidades ao lado dos “condenados da Terra”. Com a Teologia da Libertação, os operários, camponeses, mulheres, índios se voltaram para a Igreja. Na luta pela emancipação dos mais pobres, do Brasil até o México passando pelo Chile e o Peru, estes católicos deram um passo considerado durante muito tempo um tabu na sua igreja: aquele do discurso político de esquerda, com ideias mais fortes que, inclusive, as da esquerda radical.

Dom Helder Câmara, que morreu em 1999, foi uma figura-chave desta corrente, é autor de uma frase famosa: “Quando dou comida aos pobres, eles dizem que sou um cristão; quando eu pergunto por que eles são pobres, eles dizem que sou comunista”.

A sua proximidade com a esquerda revolucionária se fortaleceu devido ao seu compromisso contra as ditaduras sul-americanas. Fato que custou a vida de muitos deles, como Oscar Romero, Arcebispo de San Salvador (El Salvador), assassinado em 1980 por militares ligados à Junta no poder, enquanto ele estava celebrando uma missa. Outros tiveram compromissos políticos. Leonardo Boff foi um dos principais apoiadores de Lula como outra grande figura da Teologia da Libertação; Frei Betto, teólogo dominicano, filósofo e romancista, preso durante quatro anos pela ditadura militar. Betto foi nomeado assessor especial de Lula quando ele foi eleito Presidente da República. Como tal ele coordenou o programa “Fome Zero” que tirou quase 40 milhões de brasileiros da pobreza.

Após 20 anos, a influência da Teologia da Libertação se faz sentir muito além da América do Sul, em múltiplas áreas: feminismo, direitos indígenas, multiculturalismo, etc. Mas, a principal é a ecologia. Isso é para muitos deles, como Leonardo Boff, um novo paradigma. Aquele que transcende os outros. “A Terra está sangrando, especialmente através do ser mais singular, os oprimidos, os marginalizados e os excluídos, porque todos eles integram as grandes maiorias. É baseando-se neles que é preciso pensar o equilíbrio universal e a nova ordem ecológica global”, constata Boff.

Este compromisso explica, como em muitas de suas lutas, pelo estilo de vida que escolheram o que os fez compartilhar realidades muito concretas, ao lado dos sem-terra, por exemplo. Assim, a primeira ocupação maciça lançada por eles em 1979, no Rio Grande do Sul, foi fortemente apoiada pela Pastoral da Terra, resultado da Teologia da Libertação. E também do lado dos índios da Amazônia e dos Andes. Esta consciência sensibilizou duas grandes lutas ecológicas: contra o desmatamento e contra as extrações minerais.

A primeira busca salvar a floresta amazônica como defesa de trabalhadores explorados (os seringueiros), sendo que os representantes sindicais foram e são especialmente vigiados, muitas vezes assassinados. Um sacerdote francês de 86 anos, companheiro de estrada da Teologia da Libertação, distinguiu-se particularmente nessa luta. Henri Burin des Rozières, um ex-advogado de Paris, tornou-se dominicano e mudou-se para o Brasil em 1978, onde é agora chamado de “o advogado dos sem-terra”. Atua como advogado da Comissão Pastoral da Terra na região de Xinguara, Pará, principalmente no combate ao trabalho escravo. Ameaçado de morte, em 2007 teve sua cabeça a prêmio por 50.000 reais.

A segunda diz respeito às instalações das grandes empresas internacionais de mineração em áreas montanhosas e isoladas, como no Peru, na região andina. Comunidades católicas estão lutando ativamente há anos, nos territórios de Puno e Cuzco, por exemplo, para denunciar as consequências destas extrações, especialmente as de cobre, incluindo: degradação ambiental, problemas de saúde, a grilagem de terras, êxodo.

O engajamento ecológico destes intelectuais religiosos de origem católica é também uma consequência lógica da sua crítica ao capitalismo elaborada desde o final dos difíceis anos da década de 1960.

“A imposição do modelo de produção e consumo capitalista faz dos pobres e da natureza os principais alvos operados pela lógica do lucro. Leonardo Boff sublinha assim o vínculo entre o aumento da pobreza e da poluição”, analisa Luiz Andrade Martinez, sociólogo, pesquisador da Universidade Católica de Louvain (Bélgica), autor de uma tese sobre o pensamento de Leonardo Boff.

Domenico Sinellis



Gustavo Gutiérrez

Desde a queda do Muro de Berlim e com a chegada da esquerda ao poder em quase todos os países sul-americanos, a crítica ao capitalismo passa menos pela denúncia aos EUA ou à reivindicação de análises marxistas do que da crítica à globalização financeira e ao apoio aos movimentos sociais. Entre os adeptos da Teologia da Libertação encontramos, por exemplo, Chico Whitaker, um dos fundadores do Fórum Social Mundial, cuja primeira edição foi realizada em Porto Alegre, em 2001.

Particularmente é nestes encontros que esta corrente coloca em primeira linha há muitos anos os conceitos de decrescimento e de moderação. “Temos de produzir para satisfazer as necessidades humanas, mas respeitando os ritmos da natureza e levando em consideração a capacidade de tolerância de cada ecossistema, de modo que ele não fique danificado de forma irreversível”, diz Leonardo Boff. “O consumo deve ser regulado por uma sobriedade compartilhada: podemos ser mais com menos. (...) A escolha fundamental é a seguinte: promover uma aliança global para salvar a Terra e nos preservarmos uns aos outros como seres humanos, caso contrário, corremos o risco de uma dupla destruição, a nossa e a da diversidade da vida. Desta vez, não haverá Arca de Noé. Ou nós nos salvamos todos ou vamos experimentar o mesmo destino trágico”.

Steven Rockefeller | Membro da Comissão da Carta da Terra

“Laudato Si” e a Carta da Terra

Laudato Si, a nova Encíclica emitida pelo Papa Francisco, é em grande medida um discurso teológico cristão cuidadosamente elaborado em apoio dos valores éticos e espirituais que também são fundamentais para a “Carta da Terra”. O Papa Francisco, pelo tanto, optou por incluir uma citação da “Carta da Terra” na Encíclica, a primeira e a última frase de “O Caminho Adiante”. Ela diz: “Como nunca antes na história, o destino comum nos conclama a buscar um novo começo [...] Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação da luta pela justiça e pela paz, e a alegre celebração da vida”.

Kwaak Youn Hoon



Steven Rockefeller

L'Osservatore Romano



Apesar de que alguns partidários da “Carta da Terra” questionaram a posição da “Laudato Si” em certos temas, o forte respaldo do Papa Francisco aos ideais e aos valores que são fulcrais na “Carta da Terra” é algo para celebrar.

Tanto a “Laudato Si” como a “Carta da Terra” reconhecem que existe uma dimensão ética e espiritual nas crises sociais e ambientais do mundo, que devem ser abordadas se a família humana quer encontrar o caminho para um futuro mais justo e sustentável. Neste sentido, a “Carta da Terra” enfatiza a urgente necessidade de uma espiritualidade relacional que implica numa ética de respeito e o cuidado da comunidade da vida de forma integral.

O tema principal da Encíclica do Papa Francisco é “sobre o cuidado da nossa casa comum”. Lamenta a crescente degradação dos ecossistemas da Terra e a perda da beleza natural. Da mesma forma que a “Carta da Terra”, a Encíclica rejeita a visão problemática e generalizada da civilização industrial-tecnológica de que o mundo natural tem unicamente um valor utilitário e é só uma coleção de recursos existentes para a exploração humana.

O imperativo do cuidado da Criação na visão teológica do Papa se inspira num profundo sentido do valor intrínseco e da interdependência de todos os seres, de plantas, animais, florestas, montanhas, rios e oceanos.

O Papa Francisco enfatiza o longo da “Laudato Si” a dignidade única e igualitária de cada ser humano, mas a Encíclica também deixa claro que as pessoas são uma parte interdependente da natureza. Esta interdependência e as habilidades e poderes especiais da humanidade implicam a responsabilidade de proteger a biosfera da Terra. O Papa Francisco compreende os grandes riscos para as gerações presentes e futuras criadas pela mudança climática e sustenta a opinião da grande maioria dos cientistas de que a mudança climática está sendo causada pela queima de combustíveis fósseis e por outras atividades humanas. Presta especial atenção às interconexões entre a degradação ecológica e o sofrimento dos pobres.

O cuidado de nossa casa comum, de acordo com o Papa Francisco, requer uma transformação cultural radical. Significa acabar com a pobreza e avançar na justiça social e econômica em conjunto com a restauração da proteção ecológica. Instamos a desenvolver uma nova apreciação da inter-relação entre os desafios globais espirituais, éticos, sociais, econômicos e ambientais; e adotar o pensamento holístico e o planejamento integrado. Faz um chamado para uma nova associação global de todas as nações e de todos os povos, inspirados por um espírito de cooperação e pela disposição de compartilhar equitativamente os benefícios do desenvolvimento.

A todo isto o movimento da “Carta da Terra” só pode dizer Amém. A Encíclica “Laudato Si” é uma declaração valente e profética que se espera tenha um impacto de longo alcance à medida que os governos se reúnam para tomar decisões críticas com relação ao futuro da humanidade nos meses seguintes.

Eduardo Paes | Prefeito do Rio

A casa de todos nós

Desde que assumiu seu Pontificado, em 2013, o Papa Francisco tem sido um exemplo de liderança inspiradora, unindo visão estratégica e ação prática para ajudar a Igreja a superar seus desafios. Como líder global, ele faz jus à tradição de grandes Papas que, em momentos difíceis da humanidade, convocaram a população a uma ação mais coordenada e profunda. Francisco acaba de dar como legado a todos nós, e às futuras gerações, aquela que talvez se torne a grande marca de seu pontificado, a Encíclica “Laudato Si, sobre o cuidado da casa comum”.

Essa carta é um documento universal, no qual o Papa traz para o centro do debate o imperativo ético e moral que cada ser humano tem de proteger a natureza, nossa casa comum. Além dos dados científicos que mostram os riscos para a humanidade representados pelas mudanças climáticas, vem o apelo para uma ação individual e coletiva imediata, a poucos meses da Conferência do Clima, em Paris.

O chamado do Papa Francisco, com certeza, tocará milhões de pessoas que vivem em nossas megacidades ao redor do mundo e que sentem os impactos das mudanças climáticas. Neste sentido, as próximas décadas oferecem uma excelente oportunidade para tornarmos as cidades mais limpas, saudáveis, eficientes e flexíveis.



Prefeitura do Rio

Eduardo Paes

Coletivamente, a renovação urbana pode oferecer reduções significativas das emissões de carbono, ao mesmo tempo em que melhora a qualidade de vida dos cidadãos.

Como Presidente do C40, ressalto o poder que as cidades têm de realizar mudanças que repercutirão diretamente no dia a dia das pessoas. O C40 Cities Climate Leadership Group é uma rede de megacidades de diversas partes do planeta comprometidas na luta contra as mudanças climáticas, na qual prefeitos do mundo todo trabalham juntos. As 75 cidades que aderiram ao grupo até o momento estão coletivamente comprometidas em reduzir as emissões globais de Gases de Efeito Estufa até 2020. E o potencial de redução de emissões anuais cumulativas no período pode chegar até a 1 bilhão de toneladas de dióxido de carbono.

Como Prefeito do Rio de Janeiro e líder do C40, assinei a Declaração da Terra, um apelo aos líderes políticos para a ação climática global, que aponta oito elementos fundamentais que precisam ser discutidos em Paris na Conferência das Partes da Convenção sobre Mudanças Climáticas - COP-21. Entre eles, está a necessidade de transformar fundamentalmente a economia, com a adoção de uma meta global para eliminar os Gases de Efeito Estufa até meados deste século.

A Encíclica do Papa indica que estamos na direção certa, ao usar nossas capacidades de liderança para mobilizar e engajar nossas sociedades na busca por soluções para os desafios climáticos. Espero que as palavras dele sejam absorvidas por nossos líderes e por todas as pessoas, independentemente de religião ou fé, para que, juntos, possamos cuidar da nossa “casa comum”.



Prefeitura do Rio

André Trigueiro | Jornalista

Uma Encíclica para mudar o mundo



L'Osservatore Romano

O primeiro Papa “Francisco” da História da Igreja fez valer a homenagem prestada ao *poverello* de Assis quando escolheu este nome para sinalizar os novos rumos da instituição sob sua liderança. Após sucessivos abalos sísmicos na Cúria causados pelo rigor sem precedentes no julgamento dos padres pedófilos, à faxina no Banco do Vaticano, ao gesto de acolhimento dirigido aos homossexuais, entre outras situações que desagradaram alguns representantes da ala mais conservadora da Igreja, o Papa que veio “do fim do mundo” – como disse o Cardeal Bergoglio em seu primeiro pronunciamento como Sumo Pontífice – lançou uma Encíclica que já entra para a História como um dos mais importantes manifestos em favor da vida em todas as suas formas e resoluções.

“Laudato si (“Louvado Sejas” em italiano, expressão que abre o “Cântico das Criaturas” que Francisco de Assis escreveu há 8 séculos) sobre o cuidado com a nossa casa comum” resume em 192 páginas os mais importantes desafios da Humanidade num mundo onde a espécie-líder, topo da cadeia evolutiva, “feita à imagem e semelhança de Deus”, vem a ser a principal responsável pela avassaladora onda de destruição dos recursos que sustentam a vida, e a própria Humanidade.

Andrea Marques



André Trigueiro

O Papa explicita “a relação íntima entre os pobres e a fragilidade do Planeta”, num mundo onde o modelo de desenvolvimento concentra renda, polui o ar e as águas, agrava o Efeito Estufa e reduz a qualidade de vida das atuais gerações e, principalmente, das gerações futuras. Em resumo: o modelo vigente castiga o Planeta e agrava a exclusão. “É preciso sentir novamente que precisamos uns dos outros, que temos uma responsabilidade para com os outros e o mundo, que vale a pena ser bons e honestos”, diz Francisco. Ele declara “o clima como um bem comum”, defende a substituição dos combustíveis fósseis por fontes limpas e renováveis de energia, e denuncia como consequência do agravamento do Efeito Estufa as migrações em massa dos chamados refugiados ambientais. Essa parte da Encíclica (“Poluição e Mudanças Climáticas”) abre o primeiro capítulo do documento e exorta os países que participarão da COP-21 em Dezembro, em Paris, a buscarem um acordo climático com determinação e comprometimento. É nutriente moral na veia dos diplomatas.

No capítulo da “Água”, o Papa lembra que a poluição, o desperdício, a má gestão dos recursos hídricos e sua apropriação por grupos privados ameaçam a Humanidade e expõem os países a conflitos ainda neste século se os cenários de escassez – com impactos diretos sobre os custos dos alimentos – não forem enfrentados com seriedade. Para quem vive no Brasil, especialmente nas regiões Nordeste e Sudeste, a mensagem faz todo o sentido. “Volume morto” é um dos resultados práticos de uma situação que não deveria ser atribuída apenas a circunstâncias climáticas.

O Papa compartilha dados preocupantes sobre a maior onda de destruição da biodiversidade já registrada. Denuncia o desaparecimento de pássaros e insetos pelo uso intensivo de agrotóxicos, sem que os agricultores se deem conta de que esses pássaros e insetos são úteis às lavouras. Menciona explicitamente a Amazônia como uma das áreas que precisam ser protegidas, e critica as propostas de internacionalização do maior bioma brasileiro, “que só servem aos interesses econômicos das corporações internacionais”.

Vale lembrar que o Congresso Nacional – o mesmo que aprovou um polêmico e desastroso Código Florestal – quer retirar do Governo a prerrogativa de definir quais áreas verdes ou reservas indígenas merecem ser protegidas. Há muitos motivos para acreditar que a maior floresta tropical úmida do mundo poderá ficar ainda mais exposta à devastação do que se verifica hoje se essa medida for aprovada. Valei-nos Francisco!

A Encíclica também aborda a situação deplorável do berço da vida. “Quem transformou o maravilhoso mundo marinho em cemitérios subaquáticos despojados de vida e de cor?”, pergunta Francisco, defendendo mais investimentos em pesquisas e responsabilidades compartilhadas entre os países na proteção dos oceanos, lar da maior parte dos seres vivos.

E o meio ambiente nas cidades? A urbanização acelerada e caótica que obriga a maior parte das pessoas a viver “cada vez mais submersas de cimento, asfalto, vidro e metais, privados do contato físico com a natureza” preocupa o Papa. A cultura consumista é atacada duramente na Encíclica por agravar os danos ambientais e aumentar o desperdício. Francisco menciona a “dívida ecológica” entre o Norte e o Sul, por conta da acelerada degradação socioambiental dos países periféricos que sustentam de forma degradante o estilo de vida e os padrões de consumo dos mais ricos.

Pennington



Sobrou também para os políticos. “Preocupa a fraqueza da reação política internacional”, reclama Francisco, que abre generoso espaço para denunciar os riscos do desenvolvimento tecnológico sem ética ou bom senso, sofisticando os instrumentos de dominação e manipulação. Ao defender uma “corajosa revolução cultural”, o chefe da Igreja convida a todos – católicos e não católicos – ao exercício da visão sistêmica, que nos revela um mundo interligado e interdependente, onde a fragmentação do saber e do conhecimento nos afastam da verdade das coisas.

No capítulo “Ecologia Integral”, Francisco busca a grande síntese, os caminhos para alcançarmos o bem comum, onde a ética, a justiça e a paz se sobreponham a desigualdade, ao preconceito e à intolerância. “Que tipo de mundo queremos deixar a quem vai suceder-nos, às crianças que estão a crescer?” pergunta. Abre-se espaço para questões filosóficas essenciais cujas respostas poderiam conter o movimento de manada que hoje atormenta parcela significativa da Humanidade. “Com que finalidade passamos por este mundo? Para que viemos a esta vida? Para que trabalhamos e lutamos?”.

Reforçando a fama de metódico (que costuma perseguir os jesuítas), o Papa aponta na Encíclica “algumas linhas de orientação e ação”. Indica com precisão cirúrgica a distância que ainda separa o discurso da prática, relembra promessas não cumpridas, os interesses mesquinhos dos países mais ricos em vários encontros internacionais organizados para resolver problemas ambientais, as armadilhas embutidas em certas “soluções diplomáticas”, o fardo imposto pela visão de curto prazo onde prevalecem os interesses imediatistas e etc. Apesar dos problemas, Francisco reconhece avanços importantes sacramentados em vários acordos e tratados. Percebe-se que o mundo avança. Mas tão lentamente que as poucas conquistas não são suficientes para anular os riscos de um colapso global.

Dentre todas as ordens religiosas, a dos jesuítas é conhecida pela afinidade com as tarefas associadas ao desenvolvimento intelectual e à gestão de instituições de ensino. Talvez por isso, o Papa encerre sua Encíclica – a primeira totalmente sob sua responsabilidade, e a primeira da Igreja com esse viés ecológico – com o capítulo que versa sobre “educação e espiritualidade ecológicas”. Cita a “Carta da Terra”, fala de educação ambiental, cidadania ecológica, e exorta os cristãos a uma “conversão ecológica”. Diz Francisco: “Viver a vocação de guardiões da obra de Deus não é algo de opcional nem um aspecto secundário da experiência cristã, mas parte essencial de uma existência virtuosa”.

Os mais próximos do Papa afirmam que foi ele próprio o redator da Encíclica, embora tenha contado com a preciosa ajuda de muitos auxiliares do meio acadêmico e científico. Nesta despreziosa resenha de um documento de 192 páginas, não poderia omitir a sensação clara que tive, enquanto leitor, de que a Encíclica resume uma saudável angústia. Francisco não se omitiu. Fez o que estava ao seu alcance. É definitivamente um homem à altura do seu tempo, do seu cargo, e do discurso que vocaliza em favor de um mundo melhor e mais justo.

Ao honrar os princípios do Franciscanismo, promove no Século 21 o mesmo convite à ruptura do modelo vigente que o *poverello* de Assis realizou no Século 13. O novo Cântico das Criaturas é tão inspirador quanto o original. Sejamos, portanto, aliados da “Mãe Terra”, nos integrando à maravilhosa comunidade dos seres vivos. É o convite que nos faz a Encíclica. ■



Os povos indígenas da Amazônia são grandes empreendedores sustentáveis da floresta.

Aliam atividades produtivas com boas práticas de manejo, usam de forma mais eficiente os recursos naturais e exercem com sabedoria a gestão de seus territórios.



**RAÍZES
DO PURUS**

O Projeto **Raízes do Purus**, uma iniciativa da **Operação Amazônia Nativa (OPAN)** com patrocínio da Petrobras, através do Programa Petrobras Socioambiental, atua na região do Médio Purus, no sul do estado do Amazonas, com os povos **Paumari do rio Tapauá, Jamamadi e Apurinã**.

www.amazonianativa.org.br | facebook.com/operacaoamazonianativa



O povo **Apurinã**, da Terra Indígena (TI) Caititu, fortalece a organização política e social através do trabalho com a castanha-do-Brasil e dos sistemas agroflorestais, enriquecendo a cadeia produtiva.



O povo **Jamamadi**, da TI Jarawara/Jamamadi/Kanamanti, destaca-se pelas suas boas práticas de manejo para a extração de produtos florestais não madeireiros. A extração do óleo de copaiba é um dos principais produtos que são trabalhados de forma sustentável.



O povo **Paumari**, das TI Paumari do Lago Manissuã, Paumari do Lago Paricã e Paumari do Cuniuã, adotaram o manejo sustentável do pirarucu para recuperar seu estoque pesqueiro e fortalecer a gestão dos territórios. O manejo do pirarucu venceu, em 2015, o **Prêmio Nacional da Biodiversidade**, reconhecendo a importância do trabalho para a proteção e conservação da biodiversidade.



Realização



Patrocínio



PETROBRAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

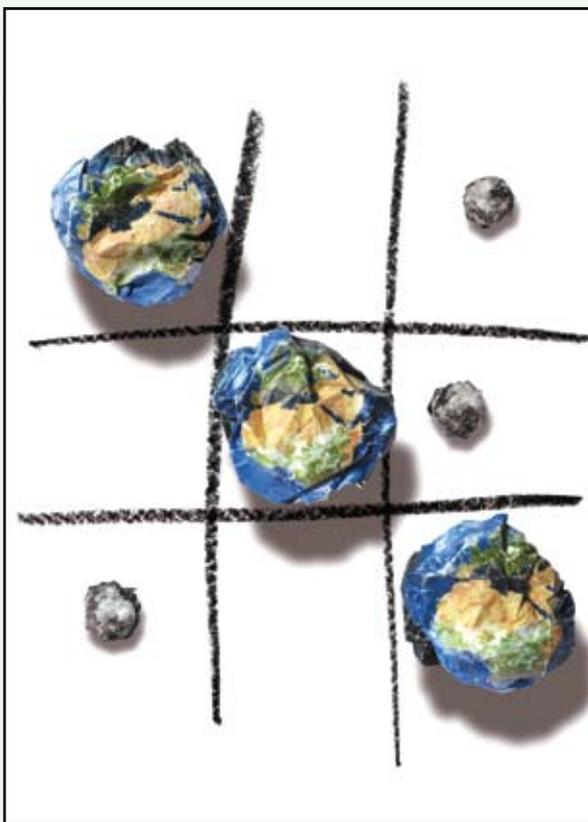
Crescem as vozes por um acordo climático audacioso

Uma aliança de 24 destacadas instituições científicas britânicas exortou os governos e Chefes de Estado a tomarem medidas enérgicas e imediatas na crucial cúpula sobre mudanças climáticas que se realizará em Paris entre 30 de Novembro e 11 de Dezembro deste ano. Uma declaração, publicada recentemente pela aliança, alerta que, para que a humanidade tenha uma possibilidade razoável de limitar o aquecimento do Planeta a 2°C, o mundo deverá emitir 0% de dióxido de carbono até princípios da segunda metade do século, segundo a esmagadora evidência na qual se basearam as instituições. Entre os signatários do comunicado estão a Sociedade Britânica Ecológica, o Instituto de Física, a Real Sociedade de Astronomia e a Real Sociedade de Meteorologia.

Nicholas Stern, Presidente da Academia Britânica e um dos signatários do comunicado, afirmou que este “demonstra a fortaleza da concordância entre as instituições dedicadas à pesquisa na Grã-Bretanha sobre os riscos que geram os níveis em crescimento dos GEE na atmosfera. Nossa comunidade de pesquisa esteve durante décadas na vanguarda dos esforços para expandir nossa compreensão e conhecimento das causas e potenciais consequências da mudança climática. Enquanto alguns de nossos políticos e órgãos de imprensa continuam apoiando a negociação irracional e irresponsável dos riscos da mudança climática, as principais instituições de pesquisa da Grã-Bretanha estão unidas em reconhecer a esmagadora evidência de que as atividades humanas estão impulsionando a mudança climática”.

Segundo o documento, os perigos não são teóricos e, de fato, muitos dos sistemas ecológicos e humanos já estão em risco. O aumento de dois graus na temperatura provocaria fenômenos meteorológicos cada vez mais extremos, com o conseqüente perigo para ecossistemas e culturas inteiras. Se este aumento chegar aos quatro graus ou mais, o mundo correrá o risco da extinção de um número considerável de espécies animais, insegurança alimentar mundial e regional, e mudanças fundamentais em atividades humanas que hoje são dadas como assentadas.

Rodrigo Sanchez



As entidades destacam que a solução do problema tem um enorme potencial para a inovação, por exemplo, nas tecnologias com baixas emissões de dióxido de carbono. As medidas de mitigação e adaptação diante da mudança climática, como segurança alimentar, energia e água, qualidade do ar, melhorias na saúde e proteção dos serviços proporcionados pelos ecossistemas, gerariam benefícios econômicos consideráveis.

O Vaticano recebeu prefeitos das principais cidades do mundo que assinaram uma declaração exortando os governantes do Planeta a tomarem medidas audaciosas na COP-21. A Cúpula de Paris “poderá ser a última oportunidade real de se negociar acordos que mantenham o aquecimento induzido pela humanidade abaixo dos 2°C”, destaca a Declaração assinada por prefeitos da África, América Latina, Ásia, EUA e Europa. Os governantes devem chegar a um “acordo audacioso que restrinja o aquecimento a um limite seguro para a humanidade e que proteja os pobres e vulneráveis”, acrescenta a Declaração, que também foi assinada pelo Papa.

Entre os presentes no Vaticano, estava Jerry Brown Governador da Califórnia, que qualificou de “trogloditas” os que negam a mudança climática, como os multimilionários da indústria petroleira Charles e David Koch. “Arrecadam recursos financeiros, apoiam candidatos republicanos, financiam centros de pesquisa, promovem a negação, a dúvida e o ceticismo que se propagam por diversos meios de comunicação, portanto, a sinceridade e a autoridade do Papa é um bem-vindo antídoto à essa cepa virulenta de negação da mudança climática”, ressaltou.

Segundo uma pesquisa do Greenpeace, os irmãos Koch, que também financiam o direitista Tea Party nos Estados Unidos; eles doaram, desde 1997, mais de US\$ 900 milhões a organizações que negam as conclusões científicas sobre o aquecimento global. “Temos que tomar medidas contra um futuro incerto que pode ser algo que ninguém quer. Estamos falando da extinção, de regimes climáticos que não aconteceram em dezenas de milhões de anos. Ainda não chegamos lá, mas estamos a caminho”, enfatizou o Governador Brown. ■

Alfredo Sirkis | Escritor, Jornalista e Diretor do Centro Brasil no Clima (CBC) - Especial para o OC

Por uma precificação positiva do carbono

No final deste ano, na COP-21, em Paris, os países-membros das Nações Unidas tentarão um novo acordo para o clima. Este possivelmente consagrará certos avanços incrementais, mas dificilmente garantirá uma redução de emissões de gases de Efeito Estufa suficiente para manter a sua concentração na atmosfera abaixo das 450 partes por milhão e a temperatura média do Planeta, até o final do século, abaixo dos 2°C. A questão sempre subjacente às COPs, mas nunca de fato enfrentada nelas, é a do efetivo financiamento da transição para economias de baixo carbono. As cifras (e cobranças) evocadas nessas conferências do Clima beiram o ridículo: giram em torno do Fundo Verde do Clima, envolvendo alguns milhões aqui, algumas centenas lá, uma meta sempre distante de chegar a US\$ 100 bilhões, anuais, em 2020 e nos anos subsequentes, na qual ninguém de fato acredita. É um jogo político de empurra-empurra entre negociadores profissionais – em resumo, conversa para boi dormir. Compare-se isso à estimativa realista dos investimentos necessários para essa transição: globalmente falando de US\$ 1 trilhão por ano, isso apenas no setor de energia!

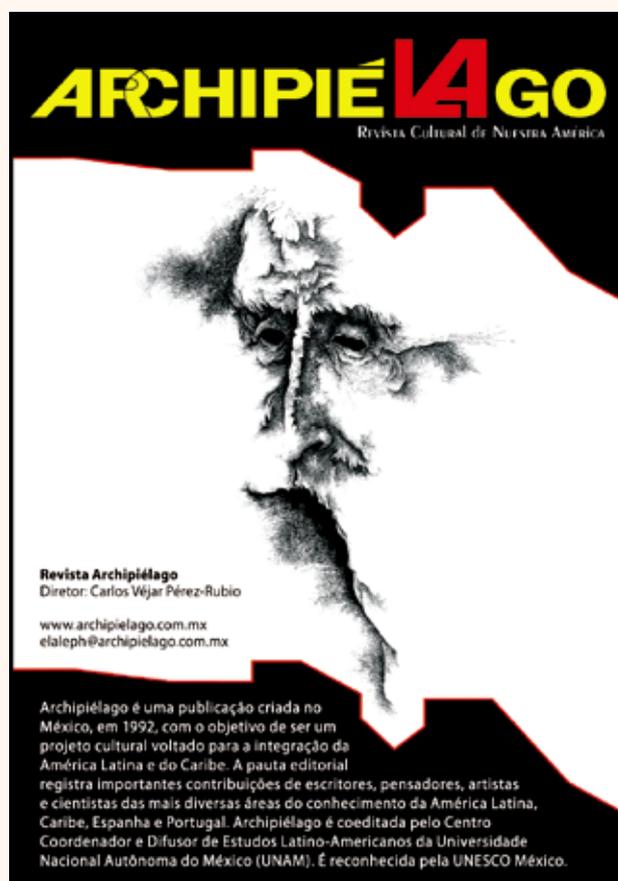
Essa cifra nada tem de absurda. Observe-se, de passagem, que, segundo o FMI, só em subsídios diretos a combustíveis fósseis o mundo gasta anualmente perto disso (somando-se os indiretos, seriam US\$ 3 trilhões!). No entanto, os governos em geral, com seus déficits, endividamento e reservas limitadas, têm grandes dificuldades para dispor desses recursos. Mobilizá-los dependerá de taxar as emissões de carbono – substituindo outros tributos – e/ou de “precificar positivamente” a redução do carbono, atribuindo-lhe valor social e valor financeiro conversível.

A primeira solução, taxar diretamente o carbono, é uma batalha a ser travada em cada país, pois os sistemas tributários são nacionais. Não é fácil, como atesta o recentemente ocorrido na Austrália e na França, que instituíram taxas-carbono e depois recuaram sob cerrado fogo político. Um caminho de menor resistência é reconhecer a redução de carbono como uma unidade de valor conversível. Uma espécie de “padrão ouro” dos tempos da crise climática global. O Brasil deu passo nesse sentido ao submeter à ONU, antes da COP de Lima, em 2014, uma proposta concebida na sociedade civil e encaminhada ao governo pela Comissão de Mista de Mudanças Climáticas do Congresso que declara o “valor social e econômico da redução de carbono” e prevê que ela venha a se tornar uma “unidade de valor financeiro conversível”.

Há uma base objetiva para tanto: hoje as perdas da economia global, em consequência das mudanças climáticas, num horizonte temporal dado, são perfeitamente quantificáveis. Isso já foi feito no Relatório Stern, que as estimou em, no mínimo, 5% do PIB mundial. A partir daí pode-se estabelecer o valor de cada tonelada de emissões de CO₂ suprimida.

Esse reconhecimento dá ensejo a vários mecanismos possíveis de “moeda do clima” que inclusive podem dar uma direção produtiva às práticas de *quantitative easing* (oferta de liquidez) que bancos centrais como o FED norte-americano vem realizado e que outros como o europeu deveriam implementar urgentemente para fazer frente à deflação recessiva que assombra o continente.

Por outro lado, o sistema financeiro internacional armazena mais de US\$ 200 trilhões. Existe no mundo um brutal excesso de liquidez que pouco irriga a economia produtiva global. Essa situação é propícia às “bolhas” e crises como a de 2008. O desafio é atrair uma parte que seja desse capital para investimentos produtivos de baixo carbono capazes de garantir um novo ciclo de crescimento, inovador e gerador de empregos. Os efeitos serão benéficos não apenas ao clima, como também à macroeconomia global na sua busca de um novo ciclo produtivo. O objetivo é estabelecer uma nova ordem financeira internacional para uma era de baixo carbono para a qual não há mais tempo a perder: um Bretton Woods do baixo carbono. ■





Roberto Klabin | Vice-Presidente para o mar da Fundação SOS Mata Atlântica

A Economia Azul

A “Economia Azul” é um conceito incipiente e ainda não claramente definido, mas oferece uma visão do mar e costa como uma nova fonte de crescimento econômico, criação de emprego e de investimento. A curto prazo, isso pode simplesmente significar o início de uma intensificada fase da atividade econômica convencional. No entanto, uma interpretação mais expansiva e inovadora enxerga na “Economia Azul” uma oportunidade onde se busca o equilíbrio entre um investimento responsável em um oceano sustentável. Um cenário de “win-win”, no qual o setor privado é um catalisador para o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental.

Litorais e oceanos estão entre os ecossistemas mais frágeis, mas também servem como ativos naturais para estimular o crescimento e construir economias. Administrar com sucesso econômico os recursos vivos requer um arcabouço robusto para proteger o bem público e que inclua o reconhecimento da importância do investimento sustentável do setor privado.

Em busca de compatibilizar as atividades, os governos estão estabelecendo práticas de gestão costeira que levem em conta os pontos de vista do setor privado, assegurando práticas sustentáveis integradas às necessidades de conservação.

Infelizmente, não faltam evidências de que o Brasil segue na contramão. Uma prova foi a rejeição, na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, do PL 6.969/2013, do Deputado Sarney Filho (PV-MA), que institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar), em tramitação desde 2013.

Lei do Mar

Conhecida como “Lei do Mar”, seu texto busca integrar diversos setores (governo, sociedade civil e cientistas) na difícil tarefa de propor mecanismos que possam promover o uso e conservação da biodiversidade.

Mais de cem especialistas contribuíram para a construção do texto, o que garantiu que o documento não se baseasse apenas em princípios de conservação, mas que trouxesse também ferramentas inovadoras, como o planejamento espacial marinho, que considera as aptidões naturais das regiões e busca compatibilizar os diversos usos, inclusive econômico, do mar.

O texto traz instrumentos que têm sido testados em diversos países. No Brasil, não houve sequer espaço para o debate. Embora houvesse um requerimento de audiência pública do Deputado Evair de Melo (PV-ES) para que o PL fosse discutido antes da votação do relatório, o Presidente da Comissão, Dep. Irajá Abreu (PSD-TO), vinculado à bancada ruralista, decidiu não incluir o requerimento na pauta.

Está mais do que na hora de aqueles que insistem em antagonizar ambientalismo e desenvolvimento encontrarem uma forma de conciliar seus interesses e impulsionar um Brasil de frente para o mar. Afinal, para promover uma efetiva governança costeira e marinha, é necessário romper o paradigma de que a preservação da natureza impede o crescimento econômico. ■

Thalif Deen | Jornalista da IPS / Envolverde

ONU quer um tratado de preservação do alto mar

A Assembleia Geral da ONU, composta por 193 Estados, adotou uma Resolução para redigir um Tratado internacional juridicamente vinculante, que conserve a vida marinha e regule as águas de alto mar, aquelas que ficam fora de toda jurisdição nacional. A Resolução do dia 19/6 é resultado de mais de 9 anos de negociações por parte de um Grupo de Trabalho Especial, que se reuniu pela primeira vez em 2006. Se o Tratado se concretizar, será o primeiro em nível mundial a conter medidas de conservação, incluídas Áreas e Reservas Marinhas Protegidas, avaliações de impacto ambiental, acesso a recursos energéticos marinhos, divisão de benefícios, criação de capacidades e transferência de tecnologia marinha.

A Aliança de Alto Mar (HSA), uma coalizão de 27 ONGs, teve muito a ver com essas negociações sobre o Tratado proposto e fez campanha por essa resolução desde 2011. A IPS perguntou a Elizabeth Wilson, diretora de política internacional oceânica da The Pew Charitable Trusts, integrante da coalizão, se o Tratado estará pronto para a data prevista de 2018. “Não exatamente, embora esperemos um progresso significativo”, respondeu. A previsão é que a primeira rodada de negociações formais ocorra em 2016 e que continue até 2017. A Assembleia Geral de Setembro de 2018 decidirá se convocará uma conferência intergovernamental que estabeleça o texto do acordo e fixe uma data para seu início.

Wilson considera provável que, dessa forma, a conferência intergovernamental se reúna várias vezes ao longo de dois anos para conseguir esse objetivo. “Essa decisão inovadora nos coloca no caminho para ter um marco legal instalado que permita a gestão integral das zonas oceânicas fora da jurisdição nacional”, respondeu a ativista ao ser perguntada se o Tratado mudará a atual “anarquia” que reina em alto mar.

Atualmente, as águas internacionais são regidas por um mosaico inadequado de acordos e organizações internacionais, regionais e setoriais. Um Tratado novo ajudaria a organizar e coordenar a conservação e a gestão dos oceanos. Isso inclui a capacidade de criar reservas marinhas totalmente protegidas onde não sejam permitidas as atividades nocivas. Hoje em dia, não há maneira de contar com esse tipo de proteção juridicamente vinculante, afirmou Wilson.

As águas de “alto mar representam quase a metade de nosso Planeta, a metade que se deixou sem leis nem proteção por muito tempo. É necessária com urgência uma rede mundial de reservas marinhas para devolver a vida ao oceano. Isso deveria acontecer com este novo Tratado”, afirmou Sofia Tsenikli, da organização Greenpeace.

Em um comunicado divulgado no dia 19 do mês passado (Junho), a HSA afirmou que a resolução responde à Conferência RIO+20 na qual os Chefes de Estado e de Governo se comprometeram a encarar a proteção das águas de alto mar.

Nessa ocasião, esteve próximo o acordo para um novo Tratado, mas surgiu o obstáculo de uns poucos governos, que permanecem contrários a ele. Wilson explicou que a Convenção sobre o Direito do Mar (UNCLOS), que foi adotada em 1982, é reconhecida como a “Constituição” da governança mundial dos oceanos, mas tem um alcance amplo e não inclui as disposições detalhadas necessárias para abordar atividades específicas, nem estabelece um mecanismo de gestão e nem as normas para proteger a biodiversidade em alto mar.

Desde a adoção da UNCLOS, houve dois acordos de aplicação posteriores para enfrentar suas deficiências e outras áreas que a Convenção não alcançava totalmente, um relacionado à mineração no fundo marinho e outro com as populações de peixes extremamente migratórios, esclareceu Wilson, lembrando que o novo Tratado seria o terceiro convênio de aplicação desenvolvido a partir da UNCLOS.

A resolução do dia 19/6/2015 destaca “a necessidade de o regime mundial integral abordar melhor a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica marinha nas áreas fora das jurisdições nacionais”, segundo a HSA.

ICR Whale



A resolução permite um processo preparatório de dois anos para considerar os elementos que o Tratado compreenderia. Esse processo começará no próximo ano e terminará no final de 2017, com a decisão de convocar a conferência de negociação formal do Tratado para 2018.

As águas de alto mar são os mares que estão além da zona econômica exclusiva dos países, que constituem 64% dos oceanos, e o fundo marinho que está localizado fora da plataforma continental de um país, explica um informe publicado pela HSA. Essas áreas representam quase 50% da superfície da Terra, e incluem alguns dos ecossistemas mais importantes, mais ameaçados e menos protegidos do Planeta. ■

Orleans Affonso Costa | Jornalista do WWF-Brasil

Brasil lança primeiro Observatório das Águas

Começou a funcionar no início deste mês (Julho), na forma de um comitê informal, o primeiro Observatório das Águas do país. Coordenada pelo WWF-Brasil, a iniciativa tem como objetivos principais fortalecer o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) - responsável por arbitrar conflitos e promover a cobrança pelo uso da água - monitorar a governança em todo o território nacional e garantir que a água seja tema estratégico na agenda social e política brasileira.

Na prática significa verificar questões como estas: As Leis referentes ao setor são efetivas e estão sendo aplicadas corretamente? Os recursos financeiros destinados à gestão das águas estão sendo repassados corretamente entre os órgãos e as esferas públicas? A sociedade e os Comitês de Bacias estão participando ativamente das discussões e das decisões referentes à água? Os Comitês de Bacias estão conseguindo implementar seus planos e recuperar a qualidade e quantidade das águas?

O Observatório conta com a participação de mais de 40 instituições de Norte a Sul do País, desde Universidades, Secretarias de Estado de Meio Ambiente, Comitês de Bacias Hidrográficas, instituições privadas e organizações não-governamentais e órgãos gestores. Para o analista de conservação da WWF-Brasil, Angelo Lima, a melhoria da gestão dos recursos hídricos pode mitigar, por exemplo, os impactos de uma crise de escassez: “A água possui valor estratégico para a sustentabilidade social, econômica e ambiental, portanto sua gestão não pode ser descuidada; temos que estar atentos sempre para garantir água de qualidade e em quantidade agora e para as futuras gerações”.

Pedro Jacobi, coordenador do Grupo de Estudos Meio Ambiente e Sociedade do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), diz que a proposta do Observatório das Águas é uma nova forma de cooperação científica: “é uma iniciativa que agrega atores diversificados e tem por motivação responder aos desafios contemporâneos da governança da água sob perspectiva interdisciplinar e intersetorial”. Para Jacobi, o grande desafio é o de produzir propostas de ações aplicáveis e efetivas: “A pretensão é de criar uma base informacional e de conhecimento que permita aumentar as capacidades e possibilidades de intervenção adequada nos casos de crises ou desastres, contribuindo para a redução das vulnerabilidades e para a prevenção de riscos e crises de abastecimento de água”.



Zig Koch - WWF

Ainda que não tenha sido constituído legalmente, os participantes trabalham desde já na construção do primeiro diagnóstico: um relatório que deve ser divulgado até Outubro deste ano sobre a situação da gestão de recursos hídricos no Brasil, dos Comitês de Bacia e do SINGREH. Os participantes pretendem que o Observatório seja uma rede, formada pelas diversas instituições integrantes, com natureza jurídica, infraestrutura física própria e equipe técnica permanente, gerenciada por uma coordenação. Para isso, deve ser aprovada a previsão orçamentária e a forma de captação dos recursos para que ele seja criado.

Está nos planos a criação de um portal, no qual serão disponibilizadas todas as informações resultantes do monitoramento, além de estudos, notícias e dados relacionados à gestão das águas. Além

disso, deve ser implementada uma ferramenta importante para fiscalizar a capacidade dos governos de administrar os recursos hídricos do país: o “Índice de Boa Governança da Água”, nos moldes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O indicador seria responsável por monitorar uma série de áreas do setor hídrico: a qualidade e efetividade das Leis e da regulação; a atuação dos governos; a articulação da Política Nacional de Recursos Hídricos com as políticas estaduais e municipais relacionadas.

O Observatório das Águas tem como objetivo produzir e disseminar informações sobre a gestão integrada e participativa dos recursos hídricos; contribuir para que o SINGREH possa assegurar água em quantidade e qualidade para a atual e as futuras gerações; assessorar a tomada de decisões pelos gestores e instâncias deliberativas; apoiar o debate qualificado sobre recursos hídricos; acompanhar a evolução do Sistema, sua implementação, seus resultados e entraves.

Em 2005, o WWF-Brasil, por meio do programa Água para Vida, que trabalha na conservação dos ecossistemas aquáticos brasileiros desde 2001, lançou a publicação Reflexões e Dicas, que já apontava para a necessidade de buscar indicadores para monitorar o SINGREH e a instalação dos comitês de bacias hidrográficas. No ano passado, foi lançada a publicação “Governança dos Recursos Hídricos”, uma proposta de indicadores para acompanhar sua implementação, realizada em parceria com a Fundação Getúlio Vargas e o HSBC. O diagnóstico mostrou que passados 18 anos da Política Nacional de Recursos Hídricos, são necessárias mudanças. A publicação propôs então a criação do “Observatório das Águas”. ■



LIDADOR

Desde 1924



DÊ MAIS SABOR À VIDA!

LIDADOR, há 91 anos oferecendo aos seus clientes a maior coleção de produtos nacionais e importados. Sabores exclusivos de mais de 50 países em quase 15.000 opções para todos os momentos.

LIDADOR, um verdadeiro passeio pela gastronomia mundial!

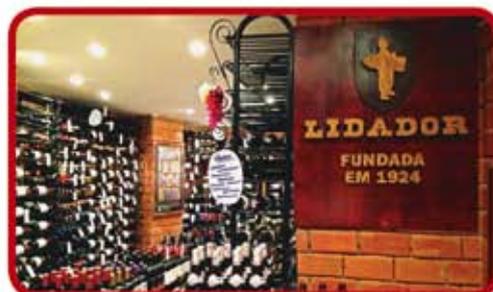
Matriz - Centro - Rio de Janeiro

Rua da Assembléia, 65 | (21) 2533-4988

| TEMPORARIAMENTE: RUA BUENOS AIRES, 2 |

Tijuca

Shopping Tijuca, G2 | (21) 2568-5500



LIDADOR
FUNDADA EM 1924

www.lidador.com.br

Achim Steiner | Diretor Executivo do PNUMA e Subsecretário-Geral da ONU

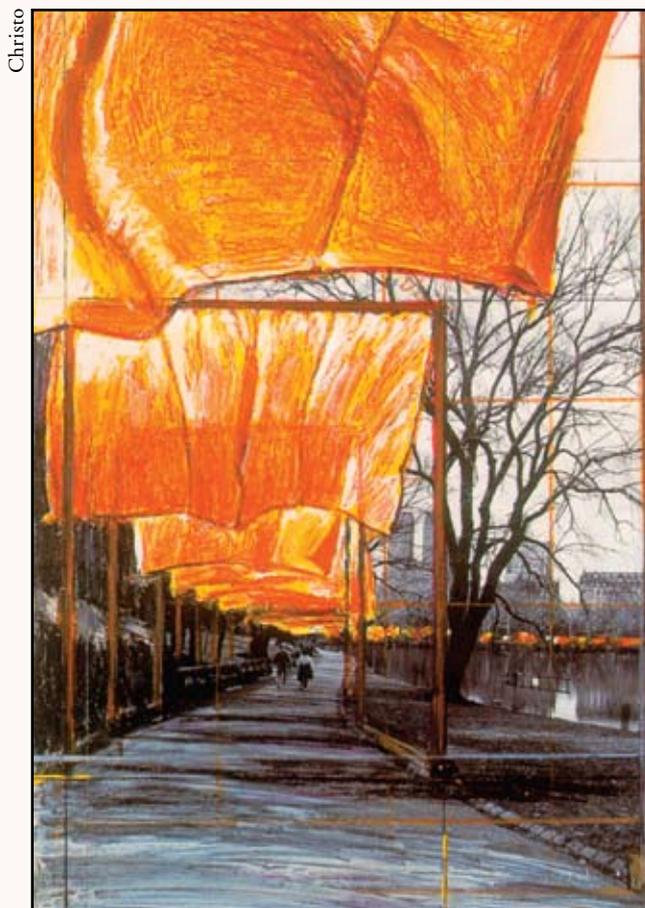
Da mudança climática às sociedades sustentáveis

A economia mundial faz muitas coisas boas, mas se exime, sistematicamente, de emitir fortes sinais que digam: “mais limpo é melhor”. Da mudança climática à necessidade de sociedades inclusivas, sustentáveis, essa ausência dos sinais leva a investimentos que degradam os sistemas naturais dos quais a economia depende.

Insanidade, como se diz, é fazer a mesma coisa repetidamente, e esperar resultados diferentes. Nós simplesmente não podemos contar com “o costumeiro” para conquistar o desenvolvimento sustentável. Precisamos de um enfoque muito “pouco costumeiro” para captar e investir os US\$ 90 trilhões necessários entre hoje e 2030 para instalar a infraestrutura decisiva em países que vêm modernizando suas economias.



Achim Steiner



Christo

Precisaremos também de dezenas de trilhões mais, anualmente, para investir nas pessoas e nas empresas de pequeno e médio porte que representam a fonte primordial de emprego do mundo.

Para alcançar esse objetivo, precisaremos transpor um fosso muito largo. A Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) estima que o déficit de financiamento para os países em desenvolvimento some pelo menos 2,5 trilhões de dólares. Embora os recursos públicos estejam escassos em todo lugar, principalmente após a recente crise financeira e a econômica que a sucedeu, há abundância de capital privado. A dura verdade, no entanto, é que apenas 1% dos investimentos anuais é encaminhado para desenvolvimento da infraestrutura, e que apenas uma pequena parcela desses recursos preenchem os critérios do desenvolvimento sustentável.

O panorama da inovação identificado pelo Programa da ONU para o Meio Ambiente (PNUMA) “Consulta sobre a Elaboração de um Sistema Financeiro Sustentável”, e as soluções práticas de política pública que o estudo destacou mostram claramente que existe a oportunidade de ir além de identificar ‘recursos adicionais’ para o desenvolvimento sustentável, a fim de desenvolver os contornos de um sistema financeiro internacional adequado às necessidades de uma economia inclusiva e sustentável do Século 21.

Há uma nova iniciativa mundial que explora o que será uma das mudanças mais importantes do nosso panorama econômico internacional: a reformulação do sistema financeiro mundial de modo a que ele desempenhe um papel produtivo e vigoroso no financiamento do desenvolvimento sustentável.

Os governos se reuniram em Adis Abeba para firmar o compromisso de implementar um quadro mundial de financiamento do desenvolvimento e prestação de assistência. O quadro impressiona por sua amplitude, e chama a atenção para muitas maneiras inovadoras de empregar melhor os recursos financeiros públicos e privados, entre os quais os crescentes fundos constituídos pelas poupanças domésticas dos países em desenvolvimento que acabarão ultrapassando os fluxos comerciais e de finanças concessionais internacionais.

As instituições financeiras tradicionais, por exemplo, continuam relutantes em financiar a energia solar, principalmente onde os financiadores percebem riscos decorrentes de políticas e mercados de concepção precária para atender os pobres. Esse “círculo de medo” dos investimentos pode ser rompido por meio de uma combinação de inovações até agora não relacionadas entre si.

A primeira é a vantagem distribuída da tecnologia de energia solar, que permite sistemas menores e menos capital intensivo, que podem pertencer a clientes, comunidades e pequenas empresas.

Acrescente-se a isso a nova tecnologia móvel, e se comprovará que os usuários poderão fazer pagamentos de baixo custo e pequena escala a partir de virtualmente qualquer lugar do Planeta.

Finalmente, a tecnologia on-line facilita a promoção de vaquinhas virtuais e de financiamento entre particulares capazes de abrir drasticamente mercados de financiamento sem a necessidade de bancos e outras instituições financeiras intermediárias.

Cada uma dessas inovações é interessante, mas quando “ligamos os pontos” vemos surgir uma nova realidade, juntamente com o potencial para uma mobilização de escala muito grande de energia limpa no valor de centenas de bilhões de dólares.

A energia, é claro, é apenas uma avenida nesse trajeto, mas serve de indicador indireto de outros investimentos que estimulam a formação de novas atividades econômicas, postos de trabalho e economias locais, além de oferecer a energia elétrica capaz de melhorar a educação, a saúde e o meio ambiente local. Esses impactos poderão então gerar um ‘círculo virtuoso’ de novas oportunidades de novas atividades econômicas e de empregos.

O financiamento por si só ilustra ainda melhor o potencial da mudança sistêmica integrada. Os países em desenvolvimento, em especial, entendem que as finanças são um sistema que pode atender às necessidades de desenvolvimento nacional ao investir numa economia sustentável inclusiva. Por essa óptica, os bancos centrais e reguladores financeiros fazem mais do que seus congêneres dos países desenvolvidos, que restringem seu foco à estabilidade financeira e monetária e à integridade do mercado.

O Banco Central do Brasil, por exemplo, fixou exigências de gestão de risco ambiental para os bancos, e atua com participantes do mercado para estabelecer como as obrigações da instituição financeira ambiental poderão melhorar tanto os resultados ambientais para o Brasil quanto os retornos financeiros para os bancos.

O Banco Central de Bangladesh fornece refinanciamento aos bancos que emprestam para a economia rural e projetos verdes, enquanto o departamento financeiro da Indonésia adotou um “Roteiro para o Financiamento Sustentável”. O Banco Central do Quênia estimula serviços financeiros “celulares” que geraram um crescimento extraordinário da inclusão. Em cada um desses casos, e em muitos outros, a questão não é que essas medidas estejam sendo tomadas como adicionais ao “costumeiro”. Elas podem ser uma via para desenvolver um sistema financeiro saudável, corretamente posicionado em uma estrutura de política econômica e social mais ampla.

Mobilizar os recursos financeiros para o desenvolvimento sustentável não é, portanto, apenas uma questão de conseguir mais dinheiro de A para B. O direcionamento em grande escala de recursos requer que usemos a cabeça – desencadeando inovações que, por meio de seus efeitos integradores, criem uma mudança sistêmica nas relações entre os resultados financeiros e de desenvolvimento sustentável.

“Como criamos desenvolvimento sustentável” é, de forma bem literal, a questão dos trilhões de dólares. A maneira pela qual direcionaremos nossos investimentos nas próximas décadas pode determinar o destino da população estimada em bilhões de pessoas até meados do século, que precisarão de ar limpo, água limpa e solo limpo. ■

BAMBUREI
ECO-DESIGN

- Arquitetura
- Design
- Paisagismo
- Decoração de ambientes
- Venda de bambus

Eduardo Trindade
eduardo@bamburei.com
Tel.: (21) 98877 4778
www.bamburei.com

Há mais de 10 anos no mercado de design em bambu.

Alexandre Medeiros | Jornalista

Fernando de Noronha inaugura segunda usina solar

Patrimônio Mundial da Natureza reconhecido pela UNESCO, o Arquipélago de Fernando de Noronha recebeu um importante reforço para a sua preservação ambiental com a inauguração da Usina Solar Noronha II, no dia 10 deste mês (Julho). Com a esta usina, a Ilha de Fernando de Noronha passa a ter 10% de seu consumo de energia cobertos pela fonte solar. Ao lado da usina Noronha I, inaugurada em Julho de 2014, Noronha II permitirá a redução no consumo de 400 mil litros de óleo diesel por ano, usados pela usina termelétrica do Tubarão, que responde pelos outros 90% de abastecimento da ilha. As três usinas de Fernando de Noronha, que atuam de forma interligada, são operadas pela Celpe, distribuidora do Grupo Neoenergia em Pernambuco, com cerca de 3,4 milhões de clientes.

Com a entrada em operação das usinas solares fotovoltaicas, o sistema elétrico da ilha de Fernando de Noronha será monitorado com o objetivo de definir a melhor estratégia para maximizar a geração renovável. Durante os testes pré-operacionais de geração, a usina apresentou desempenho de funcionamento superior ao previsto, inicialmente, pelas equipes técnicas.

Após o período de implantação, a segunda unidade será de propriedade do Governo de Pernambuco e, por meio do Sistema de Compensação de Energia, regulamentado pela ANEEL para minigeração, a energia gerada será utilizada para compensar o consumo de prédios públicos da Administração Estadual da Ilha de Fernando de Noronha. A usina solar tem expectativa de vida útil de 25 anos.

Noronha II é a quarta usina solar instalada pelo Grupo Neoenergia no Brasil. A primeira usina foi no estádio de Pituáçu, na Bahia, pioneira em um estádio de futebol na América Latina. A segunda foi implantada ao lado da Itaipava Arena de Pernambuco, em São Lourenço da Mata, com 1 MWp de geração, respondendo por 30 por cento do consumo anual do estádio que sediou cinco partidas da Copa do Mundo 2014. A primeira usina solar de Fernando de Noronha foi inaugurada em 18 de Julho de 2014.

A duas unidades de geração solar da ilha contaram com apoio técnico de agências de fomento internacional. O governo norte-americano, por meio a Agência

dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), participou da primeira usina e a Agência de Cooperação Alemã (GIZ) contribuiu com as duas iniciativas.

Recebidos pela Presidente do Grupo Neoenergia, Solange Ribeiro, e pelo Presidente da Celpe, Antônio Carlos Sanches, compareceram à inauguração o chefe de gabinete do Governo de Pernambuco, Ruy Bezerra, o Secretário-Executivo de Energia do Estado, Eduardo Azevedo Rodrigues, e o Administrador da Ilha de Fernando de Noronha, Reginaldo Valença Filho. Em seu discurso, Solange Ribeiro enfatizou os esforços que a Neoenergia tem feito para que Fernando de Noronha seja um “laboratório” de eficiência energética e de projetos integrados de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D). Ela citou como parte dessa ofensiva o projeto de redes inteligentes (smart grid), em que estão sendo investidos R\$ 17,6 milhões. ■

Neoenergia



A Usina Solar Noronha II é fruto da parceria entre o Governo de Pernambuco, a Administração da Ilha e a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), e foi viabilizado pelo Programa de Eficiência Energética, regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com recursos da ordem de R\$ 6,4 milhões.

Os 1.836 módulos de silício policristalino de Noronha II foram instalados sob uma área de concreto de 8.000 m², pertencente ao Governo do Estado, utilizada para captação de águas pluviais. A área passa então a ter dupla função, pois a captação solar convive com a de águas. O sistema que converte a radiação solar em energia elétrica terá potência instalada de 550 kWp (quilowatt-pico) e vai gerar cerca de 800 MWh/ano. A energia produzida será injetada na rede de distribuição da concessionária.

Débora Rolando | Jornalista

Impactos ambientais geram riscos aos financiamentos

Fundos de pensão e bancos brasileiros estão expostos a bilhões de dólares de custos extras devido aos impactos ambientais causados pelas atividades das empresas que esses atores financiam ou investem. A integração de fatores ambientais nas decisões de financiamento pode ajudar as instituições financeiras a reduzir esses riscos e ao mesmo tempo promover fluxos de capital para processos e produtos respeitadores dos recursos e do ambiente.

Os resultados foram publicados no relatório “Exposição do Setor Financeiro ao Risco do Capital Natural”, elaborado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), em parceria com a GIZ (Agência Alemã para a Cooperação Internacional) e a Trucost.

A pesquisa quantifica, em termos financeiros, os impactos do capital natural de 45 setores de negócios no Brasil, incluindo a agricultura, cimento, produtos químicos, energia, florestas e aço. Eles incluem as emissões de gases de Efeito Estufa (GEE), água, desmatamento, resíduos e poluição do ar.

O estudo constata que o custo do capital natural total de empresas financiadas por bancos e fundos de pensão é de R\$ 1,646 bilhões. Os setores com os maiores custos de capital natural incluem a criação de gado, cultivo de soja e extração de petróleo e gás. Para cada milhão de receita, a pecuária gera R\$ 22 milhões de impactos ambientais, principalmente com desmatamento e emissões de GEE. Já no cultivo de soja, para cada milhão de receita gerada pelo setor, totalizam impactos ambientais no valor de quase R\$ 3 milhões.

Mesmo se os setores de uso intensivo de capital natural no Brasil internalizassem uma pequena fração dos custos das externalidades ambientais que eles geram, seu desempenho financeiro e sua capacidade para reembolsar os empréstimos e gerar receitas de acionistas seria impactado significativamente. Se os setores de abate de animais e processamento internalizassem apenas 2% dos custos do capital natural, o setor não seria rentável. Na petroquímica, os lucros desapareceriam caso 13% dos custos de capital natural fossem internalizados.

Devido a uma elevada percentagem de empréstimos para setores como pecuária e indústrias agrícolas, os bancos brasileiros estão particularmente expostos aos custos do capital natural – mais que o dobro do que os fundos de pensão brasileiros. No entanto, os fundos de pensão enfrentam custos de capital natural consideráveis, devido aos investimentos em setores petroquímicos, de metais e dos produtos alimentares.

O relatório recomenda que as instituições financeiras quantifiquem os custos do capital natural relacionando com as suas carteiras de investimentos e empréstimos; avaliem os riscos destes custos virem a ser internalizados como resultado de regulamentação ou pela volatilidade do clima; e incorporem considerações de capital natural em suas análises, processos de tomada de decisão e estratégias de investimento.

Para permitir isso, é fundamental que os bancos e fundos de pensão usem sua posição para exigir melhores dados sobre os impactos do capital natural das empresas. Também devem incentivar as empresas a reduzir seus impactos e a utilizar recursos adotando métodos de produção sustentáveis, como energia renovável, irrigação eficiente e reciclagem.

Richard Mattison, da Trucost, disse: “A valorização do capital natural oferece aos bancos e fundos de pensão um novo quadro para compreender os riscos e oportunidades dos investimentos e de atividades de financiamento. As instituições financeiras que incluem estudos do capital natural em sua avaliação patrimonial e na concessão de empréstimos corporativos, podem se beneficiar através da redução dos riscos e identificação de oportunidades de negócios mais rentáveis”.



Marcos Bergamasco Secom MT

Simone Dettling, coordenadora do Diálogo sobre Finanças Verdes nos Mercados Emergentes, disse: “A integração dos custos dos impactos ambientais e uso de recursos para a tomada de decisão financeira será um passo crucial para um sistema financeiro sustentável, que pode apoiar a transformação verde das economias em todo o mundo”.

Marina Grossi, presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, afirmou: “Embora a exposição do setor financeiro ao capital natural seja indireta, uma vez que não há nenhuma dependência e impacto dos serviços no ecossistema, tão forte como nos setores da indústria, os bancos estão percebendo cada vez mais que os problemas de abastecimento ou a qualidade do capital natural podem dificultar a implementação de projetos, causando perdas significativas”.

Reinaldo Canto | Jornalista da Envolverde

Sociedade quer economia com valores socioambientais

Mais de 200 representantes da sociedade civil, associações setoriais, empresas e organizações não-governamentais compareceram à solenidade de lançamento da “Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura” no dia 24 de Junho último, na cidade de São Paulo.

Pronunciamentos carregados de expectativa positiva confirmaram o simbolismo de criação do movimento multissetorial, que “não é de oposição, mas de construção conjunta” de um roteiro de transição para a economia de baixo carbono, como definiu o biólogo Roberto S. Waack, fundador e Presidente do Conselho da Amata, empresa que faz a ponte entre a floresta e o mercado consumidor ao disponibilizar madeira certificada, produzida com responsabilidade socioambiental e garantia de origem, ao resumir documento de propostas divulgado no evento.

“A Coalizão nasceu no final do ano passado quando a gente percebeu que havia necessidade de tratar da questão das mudanças climáticas sob uma outra óptica, não a da dor, o lado pesado, mas principalmente sob a óptica da oportunidade que isso pode representar para o País” – relembrou. “É a oportunidade de construção das bases de uma economia agrícola, florestal, forte, sólida, pujante, com gestão territorial integrada aos valores socioambientais.”

Artur Rosa



Para aproveitar essa oportunidade, “o que a Coalizão está fazendo é desenvolver competências para lidar com a interdependência: reunir pessoas que têm conflitos de interesses, perspectivas divergentes que não mais produzem a ruptura, mas buscam convergência, trazem mais inteligência, mais ciência pra entender essa nova realidade mais complexa e então encaminhar instrumentos de gestão, providências que permitam dar conta de um diagnóstico dramático para a sociedade” – disse Ricardo Guimarães, da Thymmus Branding, ao convidar as instituições presentes a aderir formalmente à Coalizão.

Os representantes de 10 das entidades que participaram do processo de debate iniciado no final de 2014 foram então convidados a dar um testemunho sobre a formação do movimento e a aderência às propostas elaboradas. “Todos nós temos a percepção clara de que a necessidade histórica se junta aos talentos que a gente pode agregar uma contribuição relevante e determinante nesse processo” – afirmou Marina Grossi, Presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável.

Depois de mencionar dados sobre a recente aceleração da ocorrência de eventos extremos, o Secretário Executivo do Observatório do Clima, Carlos Rittl, disse que “estamos aqui unindo diferentes, em torno de uma mesa, para pensar como o Brasil pode enfrentar esse desafio, transformando o que são nossas vantagens comparativas em vantagens competitivas”. “Acreditamos que a economia de baixo carbono é uma vantagem comparativa pra nós, empresários” – concordou Celina Carpi, Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos. “Hoje nós temos clareza que não dá mais pra ter posições atomizadas, temos que trabalhar juntos.”

Ao encerrar essa rodada de pronunciamentos, a Secretária Executiva do Diálogo Florestal, Miriam Prochnow, alertou para a necessidade de “implantar de fato, no chão, os compromissos que estamos assumindo aqui hoje e influenciar a posição brasileira na COP-21”. Disse também que as propostas da Coalizão “precisam chegar à sociedade”, e sugeriu que “esse movimento deve ser como plantar árvores: é imprescindível, é fundamental pra combater a crise ambiental: é algo que todo mundo pode fazer, todo mundo pode plantar árvores, e é algo que se você começou, não consegue parar mais”.

Depois de algumas manifestações da plateia, Ricardo Guimarães sugeriu um ritual, lembrando que “quando a gente vê uma coisa que agrada muito, que dá um eco de união, de integração, de coalizão dentro, a gente bate palmas”; e propôs que a plateia ficasse de pé para “acordar com palmas uma alma que dê vida a esse movimento”. E assim se deu o ritual de lançamento da “Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura”. ■

Marina Grossi | Presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

Uma **coalizão** a favor do clima e do futuro

Não há praticamente mais controvérsia científica. Será preciso conter o aumento da temperatura média do Planeta em 2G°C em relação à era pré-industrial para garantir um mínimo de segurança climática até o final deste século. Com base nessa premissa e em todo o conhecimento acumulado em mais de 20 anos, acaba de ser lançada a “Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura”.

CEBDS



Marina Grossi

Trata-se de uma ampla e representativa sinergia formada por associações empresariais, empresas e organizações da sociedade civil em atividade no Brasil, que, desde o final do ano passado, trabalharam na elaboração de um documento com visão e propostas concretas para impulsionar o País como um dos protagonistas na liderança global na área de florestas e agricultura. A Coalizão tem dois propósitos principais. O primeiro, de curto prazo, visa encaminhar ao governo brasileiro um conjunto de propostas dos atores envolvidos no processo de discussão para serem apresentadas na COP-21 do Clima.

A Conferência da ONU marcada para o final deste ano em Paris cuja agenda é chegar a um acordo global sobre mudança do clima. O segundo, de médio e longo prazos, tem por objetivo formar a base de uma política nacional de florestas, no contexto de uma economia de baixo carbono.

A Coalizão também tem entre as suas ações estabelecer uma visão de longo prazo sobre as emissões de gases de Efeito Estufa globais, sugerir o nível de ambição de redução de emissões para o Brasil, além de propor mecanismos, elementos e incentivar cada vez mais empresas na promoção de uma nova economia de baixo carbono.

Um bom exemplo é o projeto “Pacto pela Sustentabilidade” que o Walmart Brasil e seus fornecedores assumiram em prol da Amazônia brasileira. Entre as diversas ações promovem a comercialização de madeiras certificadas, restringem o consumo e distribuição de soja que tenham origem em áreas de desmatamento ilegal e ainda se comprometem a não comercializar produtos pecuários que tenham qualquer ilegalidade em sua cadeia, principalmente desmatamento.

Exemplos como este precisam ser replicados, no Brasil e no mundo, para que ganhem escala e revolucionem o padrão de desenvolvimento, via um novo modelo de negócios. Isso será levado e apresentado, como contribuição para a Conferência das Partes da UNFCCC, em Paris. ■



-  Estrutura moderna com um excelente restaurante
-  54 apartamentos amplos e confortáveis
-  O melhor café da manhã da categoria
-  Excelente localização no centro de Curitiba
-  Economia e satisfação garantida!

reservas@hotelbrasiliacuritiba.com.br

Telefones
41 3018-6811 | 41 9866-4344

Endereço
Rua Pres. Carlos Cavalcanti, 540 Curitiba - PR - 80020-280

 Curta nossa fanpage /hotelbrasiliacuritiba

www.hotelbrasiliacuritiba.com.br

Senado recebe pedido para manter rotulagem de OGMs

O Instituto Socioambiental (ISA) e outras organizações da sociedade civil encaminharam aos senadores um parecer sobre o Projeto de Lei - PLC 34/2015, que prevê o fim da obrigatoriedade de rotulagem de alimentos transgênicos. O documento aponta os impactos negativos econômicos, ambientais, sociais e diplomáticos que a alteração da Lei Nº 11.105/2005 (Lei de Biossegurança) pode ter. O parecer foi elaborado por cientistas e especialistas do ISA e é apoiado pela ONG Terra de Direitos, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Stefano Wroblewski



O PLC é de autoria do deputado Luís Carlos Heinze (PP-RS) e é amplamente defendido pela bancada ruralista, que argumenta que a rotulagem obrigatória prejudica os produtos brasileiros no exterior. O projeto foi inicialmente aprovado pela Câmara, no final de Abril, e tramita agora no Senado, sem data para votação. Se aprovado, segue à sanção presidencial.

A proposta possibilita que não haja identificação de um produto que não atinja 1% de transgênicos em sua composição. Além dessa tolerância mínima, o projeto também propõe que a rotulagem de alimentos seja feita apenas se a presença de transgênicos for comprovada por análise específica.

O parecer técnico jurídico aponta para a dificuldade de tal identificação. “Na prática, como a maior parte dos alimentos que contém Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) em sua constituição são (ultra) processados (como óleos, pães, sorvetes, salgadinhos e margarinas, por exemplo), a detecção da origem transgênica não será possível de ser realizada”, informa o documento. O Projeto de Lei também não regula a informação da transgenia em rótulos.

O símbolo atualmente utilizado, um T envolto em um triângulo amarelo que entrou em vigor em Março de 2004 através do Decreto 4.680 (4/2003) sobre o direito à informação assegurado pela Lei quanto aos alimentos destinados ao consumo humano ou animal, que contenham ou sejam produzidos a partir de OGM, poderá ser substituído pela frase “Contém transgênico”, pouco visível para o consumidor.

Direitos violados

A violação de direitos já conquistados é destacada no parecer. O documento lembra que o direito à informação está previsto no Código de Defesa do Consumidor, da mesma forma que sua defesa é também prevista na Constituição. “Caso tal direito fundamental seja violado, aplicar-se-á o tipo penal contido no Art. 66 do Código de Defesa do Consumidor, que institui como crime ‘fazer afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços’”.

O documento também destaca que o direito à informação se aplica com ainda mais vigor quando se trata de produtos que tragam riscos à saúde do consumidor, mesmo que não comprovados pela ciência. Apesar de apontar que não há consenso científico sobre os potenciais riscos dos OGMs, o parecer também relata estudos e experimentos que apontaram para impactos negativos dos transgênicos. “Estudos científicos recentes demonstram a existência de riscos à saúde decorrentes de alimentos providos de OGM, tendo sido encontrada relação entre o seu consumo e lesões hepáticas, surgimento de tumores, danos aos rins e fígado e disfunções no sistema imunológico, entre outros”.

Caso a regulamentação da identificação de alimentos transgênicos seja alterada conforme a proposta de Lei, o país também poderá sofrer sanções do mercado internacional. Países como a França proíbem ou restringem produtos com a presença de OGMs. Ao mesmo tempo, alguns agrotóxicos utilizados no Brasil não são aceitos internacionalmente. Isso causaria “severos impactos negativos à economia nacional, notadamente à exportação do setor agropecuário”.

A sociedade pode manifestar sua opinião em relação ao PLC 34/2015 no Portal Cidadania do Senado Federal (www12.senado.gov.br/ecidadania). Esse é um espaço onde as pessoas podem se expressar sobre cada proposição tramitando no Senado. Até o momento, mais de 13 mil pessoas se manifestaram contra a não rotulagem dos transgênicos. ■



**Cada brasileiro consome em média
5,2 litros de agrotóxicos por ano
Até quando vamos engolir isso?**

CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA

Segundo dados do Sindicato Nacional para Produtos de Defesa Agrícola (Sindage), em 2009, foram comercializados legalmente 1 bilhão de litros. Distribuindo a quantidade de veneno utilizado chegamos à média de 5,2 litros de agrotóxicos por habitante ao longo do ano.



Secretaria Operativa Nacional
contraosagrototoxicos@gmail.com
fone (11) 7181-9737
skype contraosagrototoxicos

Juliane Oliveira Ramos | Jornalista

FIRJAN premia práticas sustentáveis de indústrias



Divulgação

Com o objetivo de valorizar boas práticas ambientais das indústrias do Estado do Rio, foi realizada a terceira edição do Prêmio FIRJAN de Ação Ambiental. Com esta premiação anual a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro reconhece o aprimoramento das indústrias fluminenses, de todos os portes, em processos produtivos, implantação de projetos socioambientais e iniciativas que vão além das obrigações legais em prol da sustentabilidade.

Na categoria “Gestão de Gases de Efeito Estufa e Eficiência Energética”, o prêmio foi concedido à Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (Fetranspor).

Com o objetivo de reduzir a emissão de gases poluentes, a entidade, em parceria com o CONPET/Petrobras, criou o Programa “Economizar – Selo Verde”, que realiza, entre outras ações, a avaliação da armazenagem e utilização de óleo diesel. Com o projeto implantado em toda frota (22.500 ônibus), a empresa economizou 722,3 milhões de litros de diesel, além de deixar de emitir 1,9 milhões de toneladas de dióxido de carbono e 43 mil toneladas de material particulado na atmosfera.

“Com esta iniciativa, além de contribuir na melhoria do meio ambiente e o bem-estar das pessoas, usuárias ou não, a empresa teve um retorno financeiro significativo. Reduzindo as emissões temos o uso mais eficiente do diesel e também diminuimos o consumo de recursos não renováveis”, destacou Christiane Chafim, Coordenadora de Meio Ambiente da Fetranspor.

Já o uso racional de recursos hídricos, garantiu à Metalúrgica Bom Jardim, empresa do grupo Stam, de Nova Friburgo, o prêmio na categoria “Gestão de Águas e Efluentes”. Com a implementação de um sistema de aproveitamento de águas pluviais, a empresa conseguiu ganhos ambientais, econômicos e sociais. Num ano, a empresa economizou 47,5% de toda a água consumida e mais de 18 mil reais, equivalente a mais de 49% dos gastos da empresa com água.

O programa Viva Meio Ambiente da Autopista Fluminense, concessionária do grupo Arteris, de São Gonçalo, foi o vencedor no quesito “Relação com Públicos de Interesse”. A iniciativa é desenvolvida em 41 escolas municipais do Rio de Janeiro. São mais de 1.000 educadores e 16 mil alunos envolvidos.

O programa abrange 13 municípios. As ações incluem o plantio de árvores e promovem a consciência ambiental.

Em “Gestão de Resíduos Sólidos”, a campeã foi a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), de Volta Redonda. Ciente dos impactos ambientais causados pelo depósito de resíduos da construção civil e pela demolição em aterros sanitários, a empresa construiu uma central de reciclagem, responsável pela transformação de 13.200 toneladas de resíduos em agregados e blocos intertravados, além de diminuir os custos de aquisição de 8.600 t de britas e 36.500 m² de blocos intertravados.

Instituto Vital Brazil – categoria Biodiversidade – Recuperou áreas degradadas e espécies nativas. A fazenda do Instituto fica em Cachoeiras de Macacu, área de Mata Atlântica. O projeto plantou mudas, produziu um banco fotográfico com mais de 10 mil imagens de 450 espécies e criou o primeiro volume de um guia florístico, com informações técnicas e científicas sobre a flora nativa para elaborar materiais didáticos que visam promover a educação ambiental. Depois da implantação do projeto, animais, principalmente pássaros, como o Canário da Terra, voltaram a frequentar a região.

Fabiano Veneza



Recuperar áreas degradadas e espécies nativas foi a iniciativa que rendeu ao Instituto Vital Brazil, empresa de Niterói, a categoria “Biodiversidade”. A empresa implantou em sua fazenda, localizada no município de Cachoeiras de Macacu, um projeto de recuperação ambiental e conservação da biodiversidade. Nessa ação, plantou 1.200 mudas, produziu um banco fotográfico com mais de 10 mil imagens de 450 espécies e criou o primeiro volume de um guia florístico, além de usar as informações técnicas e científicas sobre a flora nativa para elaborar materiais didáticos que visam sensibilizar e promover a educação ambiental.

Fora dos projetos vencedores, a startup Bio Bureau ganhou menção honrosa com uma metodologia que acelera a identificação da biodiversidade. O projeto piloto na Baía de Campos demonstrou a capacidade de caracterizar grandes áreas em 1/10 do tempo atual, com a identificação de 10 vezes mais espécies. Nas edições anteriores, a FIRJAN reconheceu 11 empresas fluminenses com o Prêmio FIRJAN de Ação Ambiental. A premiação aconteceu durante o Seminário Ação Ambiental, que debateu mudança do clima e gestão eficiente de recursos hídricos, na sede do Sistema FIRJAN.

“Para nós, o primeiro reconhecimento são os animais que estão voltando a frequentar o nosso ambiente. É a consagração de um trabalho que desenvolvemos pelo meio ambiente com a restauração florestal e a recuperação hídrica, para influenciar o entorno da fazenda e o bem-estar animal”, destacou Luís Eduardo Cunha, vice-presidente do Instituto Vital Brazil.

Autopista Fluminense, vencedor na categoria “Relação com Públicos de Interesse”. Desenvolveu o programa Viva Meio Ambiente, para promover a conscientização ambiental e qualidade de vida para mais de 16 mil alunos de escolas públicas da região através do plantio de árvores e educação ambiental.

“Nosso objetivo é levar uma educação mais efetiva na questão ambiental, desenvolvendo cidadãos conscientes, por meio das atividades nas escolas em conjunto com os educadores. O trecho que administramos está em uma região muito importante, que corta uma área de proteção ambiental e duas reservas biológicas, o que intensifica nossa preocupação em conscientizar as crianças sobre o cuidado com o meio ambiente”, ressalta Odílio Ferreira, diretor superintendente da Autopista Fluminense. ■

Fukushima Work in Progress: o teatro da catástrofe nuclear

Como encenar um acidente nuclear? Após encenar e interpretar “Como se casar com um milionário” e “Marx e Jenny”, a atriz e dramaturga Audrey Vernon aceitou o desafio de tratar a questão nuclear com a peça “Fukushima. Work in progress”. Uma obra surpreendente que reconstrói a catastrófica gestão do drama nuclear vivido pelas autoridades e pelos habitantes de Fukushima, unindo humor e teatro de objetos coloca em cena, lado a lado, a empresa proprietária da central nuclear Tepco e um camponês japonês.

Após a audaciosa iniciativa artística de Stéphanie Loïk sobre Chernobyl, Audrey Vernon se fez essa pergunta; como encenar uma catástrofe nuclear? Para isso, ela mergulhou num exercício teatral sem precedentes com o objetivo de contar Fukushima.

“Ao trabalhar sobre a história desse acidente, a encenação surgiu sob a forma de um teatro de objetos”, explica ela modestamente sobre criação de “Fukushima work in progress”, peça que estreou em Maio último no teatro de l’Avant-Seine localizado em Colombes, subúrbio de Paris.

A jovem atriz Audrey Vernon escreveu esta peça sob a forma de um dueto sem diálogo: na cena, dois universos se defrontam num embate de forças onde a palavra jamais é dirigida diretamente à outra parte. De um lado está a Tepco, a empresa que explora a usina nuclear de Fukushima, interpretada pela própria Audrey; do outro, um camponês japonês, íntegro, nascido na mesma terra, encarnado por Xavier Mathieu, um antigo operário e líder sindicalista, que após participar no documentário “La Saga des Conti”, abraçou a carreira de ator.

Sobre um altíssimo andaime, iluminado por mil lâmpadas acesas pela magnífica eletricidade que produz Tepco, seu representante domina a cena; trata-se de uma alegoria sobre essa empresa que reivindica um controle total da situação. Então, parodiando os procedimentos de urgência, ou os e-mails que recomendaram a utilização de pulverizadores para “regar num coador”, e zombando dos filmes de animação divulgados pela televisão para fazer esquecer os comprimidos de iodo distribuídos muito tarde, ela enfatiza os ridículos fatos realizados pela Tepco nas horas que se seguiram aos acontecimentos do dia 11 de Março de 2011, independente da tragédia do tsunami.

A atriz movimentada caminhões de bombeiros em miniatura e outros figurinos de plástico: “A forma como eles administraram a catástrofe foi com um jogo com brinquedos de criança”, disse ela ao explicar sobre esta original encenação. Os brinquedos obviamente acentuam o amadorismo que dominou as missões de auxílio às pessoas afetadas, eles simbolizam igualmente a inconsciência do perigo, atitude que parece ter caracterizado um bom número de dirigentes nas primeiras horas da gestão da crise.

A imagem da extensão, dia após dia, da área de expulsão, e do aumento, como se não fosse grande coisa, do nível de gravidade do acidente na escala do International Nuclear Event Scale (INES) de 4 a 5, e logo de 5 a 6, até chegar, finalmente, a 7, o nível mais alto.

É cativante o contraste com o camponês japonês. Ele não está informado do perigo que corre, então é um ser inconsciente. E em face de esta ação estranha ao lugar, desconectada da realidade, decide de ficar na sua terra natal. É então que a iluminação da Tepco diminui na medida em que a situação se agrava; do outro lado, Xavier Mathieu acende velas: o homem brinca literalmente com o fogo e ele aparece aos olhos dos espectadores somente através da luz vacilante das velas. A ligeira fumaça que elas liberam lembra algo inesquecível: a radioatividade que emana da própria terra pela qual ele luta.

Audrey Vernon procura denunciar: “É uma energia que pressupõe ser infinita, tanto na mão-de-obra quanto na quantidade água que ela necessita”. Mas, estima a autora, “montar uma indústria sobre a ideia do infinito é algo muito estranho, não é verdade?” Ela escreveu a sua peça fundamentada numa pesquisa documental que a levou a analisar profundamente o informe do Instituto de Radioproteção e de Segurança Nuclear sobre Fukushima reconstruindo exatamente os acontecimentos, quase hora por hora.

Dessa forma, Audrey mostra um trabalho preciso e pedagógico sobre esta perigosa fonte energética. É assim que aprendemos o que é o “corium”, “o núcleo derretido, essa lava quente do coração da usina nuclear fundido que é uma mistura de combustível e metal”, e então sabemos como a água do mar foi, muito rapidamente, contaminada pela radioatividade.

Mas, provavelmente não há nada melhor para sensibilizar as pessoas do que o humor. E Audrey Vernon usa o cinismo com muita inteligência quando se trata de explicar, especialmente, as ridículas indenizações oferecidas às vítimas da poluição: “O preço de mercado diminuiu consideravelmente na região de Fukushima”. E, se todos os japoneses foram finalmente chamados para pagar essa pesada fatura, então talvez fosse necessário entender que é quase normal que nenhuma sanção tivesse sido aplicada e que nenhuma pessoa tivesse sido culpada: “Condenar pessoas particulares não teria mudado nada”.

Após as encenações “Como se casar com um milionário” e “Marx e Jenny”, Audrey Vernon continua com a sua proposta de questionar o capitalismo, na qual a questão da energia nuclear aqui parece exacerbar a natureza: o de ser um poder arrogante, mentiroso e destruidor. No final da peça, o ator que interpreta o camponês de Fukushima, Xavier Mathieu, canta *a capela* “de que serve ser mais rico que um rei?” ciente de que já não haverá mais primavera em Fukushima. ■

CONFERÊNCIA ETHOS

360°

A CONFERÊNCIA ETHOS 360° VAI DESAFIAR
SUA VISÃO SOBRE NEGÓCIOS.

O estilo de liderança e a escalada dos negócios sustentáveis no cenário corporativo e econômico atual apontam novas oportunidades para as empresas superarem seus resultados. Prepare-se para a inovação em um ambiente de networking e troca de conhecimento entre grandes líderes.

VIVA ESSA EXPERIÊNCIA!

22 e 23 de setembro | Golden Hall - WTC | São Paulo - SP

 (55 11) 3897.2400 |  atendimento@ethos.org.br |  www.ce2015.org

José Monserrat Filho | Chefe da Assessoria de Cooperação Internacional da Agência Espacial Brasileira (AEB)¹

O turismo espacial voa mais rápido que o Direito Espacial?

O Prof. Gbenga Oduntan, nigeriano que leciona na Universidade de Kent, no Reino Unido, em recente artigo intitulado “O turismo espacial voa mais rapidamente que o Direito Espacial”, diz que tudo vai bem com o turismo espacial – “conduzido por capital privado de risco com fins lucrativos” –, menos seu ordenamento jurídico.

Ele destaca que “estudos de mercado indicam haver hoje mais de mil passageiros por ano para voos suborbitais” e que essa cifra poderá gerar “um bilhão de dólares até o final da década”. Só a empresa norte-americana Virgin Galactic já teria assinado contrato com mais de 200 pessoas interessadas em visitar o espaço, num universo potencial de 30 mil. Já existem projetos adiantados de veículos suborbitais, como o XCOR e o Space Adventure, construídos especialmente para voos turísticos. E os 10 milhões do Ansari X-Prize continuam sendo acenados como estímulo à criação de novas soluções, ainda mais econômicas, nessa nova indústria turística para minorias ricas e aventureiras.



Arquivo

José Monserrat Filho

Centenas de milionários já compraram passagem para o espaço pela módica quantia de US\$ 100 mil cada. Nos EUA cinco Estados – Novo México, Oklahoma, Texas, Wisconsin e Flórida – já contam com centros de lançamento de veículos espaciais para turistas. Os Emirados Árabes Unidos e Cingapura também planejam estabelecer tais centros. Ainda segundo o Prof. Oduntan, o Reino Unido planeja ter 8 dessas bases, além de investir US\$ 90 milhões no desenvolvimento da nave híbrida, Skylon, que alguns alardeiam como “revolucionária”. A crise econômica nos países desenvolvidos não parece impedir a aplicação de fortunas em novos planos e equipamentos para alavancar o negócio do turismo espacial, que promete gordas recompensas. O que poderia atrapalhar essa generosa perspectiva, na opinião do Prof. Oduntan? O Direito Espacial. A seu ver, “o Direito Espacial, no qual o turismo espacial deve se basear, continua desajeitado, feito, em geral, apenas para ser aplicado entre Estados soberanos”.

Neste sentido, para o Prof. Oduntan, “raro espírito do socialismo científico e jurídico internacional tem sido inculcado no Direito Espacial desde sua criação por estadistas, burocratas internacionais e consultores científicos”. Aduz ele que o “Direito Espacial se origina louvavelmente em ideias fraternas, como ‘incumbência de toda a humanidade’ e ‘patrimônio comum da humanidade’, princípios fixados, respectivamente, no Tratado do Espaço, de 1967, e no Acordo da Lua, de 1979”. Lembra ele também que: 1) pelo Acordo de Salvamento, de 1968, os astronautas e os objetos espaciais devem ser devolvidos a seus respectivos Estados, mesmo se caídos em território hostil; e 2) pela Convenção de Responsabilidade, de 1972, os Estados é que respondem pelos acidentes e danos causados por seus objetos espaciais, públicos ou privados.

Essas seriam, no dizer do Prof. Oduntan, as “ideias fraternas” do Direito Espacial, ao ser criado nos anos 60 e 70, em plena Guerra Fria. Os tratados da época “pareciam todos bem estabelecidos no mundo pouco conhecido dos juristas espaciais, até o advento do turismo espacial”, frisa ele. “Concebido amplamente em torno da ideia de participação privada nas atividades espaciais”, o turismo espacial teria vindo mudar a natureza dessas atividades. Isso gera “inquietação” entre “os conceitos e categorias jurídicas que exigiram grande esforço para serem postos em prática ao longo dos últimos 60 anos de regulamentação internacional das questões espaciais”.

O Prof. Oduntan sabe que “os Estados desempenham os papéis predominantes no espaço” e que eles respondem pelas atividades espaciais de suas entidades públicas ou privadas, conforme determina o Art. 6º do Tratado do Espaço. Mas ele entende que “isso é apenas o início da confusão terminológica, ideológica e social jurídica que aflige o direito e a prática do turismo espacial”.



1. José Monserrat Filho é também Vice-Presidente da Associação Brasileira de Direito Aeronáutico e Espacial (SBDA), Diretor Honorário do Instituto Internacional de Direito Espacial e Membro Pleno da Academia Internacional de Astronáutica (IAA)



im Campbell

Que confusão seria esta? O Tratado do Espaço é o código maior das atividades espaciais. Foi elaborado e aprovado por consenso pelo Comitê das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior (UNCOPUOS). As duas principais potências espaciais nos anos 60 e 70, Estados Unidos e União Soviética, assim como todos os demais Estados membros do UNCOUOS votaram a favor do Tratado, como fonte legal obrigatória para todos eles, definindo o que deve e pode ser feito no espaço ou a caminho do espaço, e nos corpos celestes.

Seu Art. 6º é claríssimo: “Os Estados-Partes do Tratado têm a responsabilidade internacional das atividades nacionais realizadas no espaço exterior, inclusive na Lua e demais corpos celestes, sejam elas exercidas por organismos governamentais ou por entidades não-governamentais... As atividades das entidades não-governamentais no espaço exterior, inclusive na Lua e demais corpos celestes, devem ser objeto de autorização e vigilância contínua pelo respectivo Estado-Parte.”

Por que acusá-lo de “desajeitado”? Por que ele não reconhece as empresas como sujeitos do Direito Espacial? O turismo espacial pode estar se desenvolvendo mais depressa graças à iniciativa de empresas privadas, que viram nessa atividade a oportunidade de bons negócios. Mas isso não é suficiente para alterar automaticamente o Tratado do Espaço, a começar por suas normas “fraternais”, que, não por acaso, tornaram-se princípios aceitos universalmente.

O próprio Tratado, claro, prevê possíveis emendas em seu texto. É um processo simples e democrático. Baseia-se na vontade expressa da maioria dos Estados-Partes. Hoje essa maioria é de 52 Estados-Partes, pois o Tratado já foi ratificado por 103 países. Segundo seu Art. 15, “qualquer Estado-Parte do Tratado pode propor emendas. As emendas entrarão em vigor para cada Estado-Parte que as aceite, após a aprovação da maioria deles, na data em que tiver sido recebida”.

O espaço e os corpos celestes são um bem público; por isso, estão abertos à exploração e uso de todos os países, sem qualquer discriminação, em condições de igualdade.

Desse modo, coerentemente, não podem ser objeto de apropriação nacional por proclamação de soberania, por uso ou ocupação, nem por qualquer outro meio, de acordo com os Art. 1º, § 2, e Art. 2º do Tratado do Espaço.

Isso não quer dizer que as empresas privadas não possam ou não devam participar ativamente da exploração e uso do espaço e dos corpos celestes, inclusive a Lua e os asteroides. Em muitos casos, elas são dinâmicas, bem organizadas, criativas e muito produtivas. Mas devem ser autorizadas e vigiadas por seus Estados, e orientadas por leis internacionais capazes de beneficiar toda a comunidade global. Daí que o interesse privado pode, deve e precisa se submeter ao interesse público. O interesse público tem prioridade e prevalece sobre o privado, e não o contrário. Há quem venda a ideia do “mercado acima de tudo”, sob o argumento de que “o mercado resolve todos os problemas”. Isso é falso. Numa análise desinteressada e sensata, o mercado é apenas um meio, um instrumento, um item de planejamento, jamais um fim em si mesmo. Convertido em objetivo de vida, pode causar desastres sociais. Felizmente, a civilização humana já descobriu que o mercado, quanto mais desregulamentado e solto, mais irracional e desvairado fica, e vira fera, com consequências nefastas para toda a sociedade. Tal conhecimento ainda está longe de ser aplicado, de uma forma ou de outra, na maior parte dos países, embora alguns deles já estejam trabalhando neste sentido. Quem sabe não estará aí a grande revolução deste século?

A luta entre os interesses públicos e privados pela liderança dos processos econômicos, sociais e políticos globais está no cerne da corrida espacial e do Direito Espacial. O espaço exterior e os corpos celestes serão predominantemente públicos ou privados, conforme o resultado dos embates que se travam diante de nossos olhos, ainda que a maioria dos habitantes da Terra ainda não consiga enxergar nada disso. Impossível prever quem sairá vencedor. Mas talvez o espírito humanista e solidário, desenvolvido nos últimos séculos, possa pesar mais do que pesa hoje. ■

Medicina amazônica: verdades que não se curam



Camila Coutinho Silva

Dua Buse, pajé e pesquisador da aldeia Coração da Floresta, Rio Jordão, Acre

O povo Huni Kuin, do Rio Jordão no Acre lançou o “Livro da Cura”, reunindo 109 plantas medicinais da Amazônia e seus usos – uma parceria com o Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e a Editora Dantes.

A tradução de Huni Kuin é o povo verdadeiro e eles formam 33 aldeias no Rio Jordão com mais de sete mil habitantes e também vivem no Peru. Mas a verdade é que das 30 mil plantas catalogadas da Amazônia, sendo duas mil espécies medicinais e outras 1.250 aromáticas apenas 2% foram analisadas.

O Brasil importa 85% da matéria-prima usada na produção de medicamentos, um setor que no ano passado faturou R\$ 67,5 bilhões no país. O professor aposentado da UNICAMP, Lauro Barata, especialista em botânica, ressalta que apenas as madeiras fazem parte da pauta de exportação da Região Norte. As madeiras já detonaram 3,5 milhões de árvores, sendo que 72% da madeira serrada são de baixo valor agregado.

O Brasil é o país do agronegócio, dos transgênicos das multinacionais, das tecnologias de medicamentos importados, e até mesmo dos fitoterápicos, cuja matéria-prima também é importada – um mercado de R\$ 500 milhões.

O faturamento da indústria farmacêutica beira o US\$ 1 trilhão no mundo e as avaliações são que 7% desse mercado são abastecidos pelos fitoterápicos e plantas medicinais. Desde 2006, o Governo Federal tenta implantar as metas da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Porém, os brasileiros estão viciados em drogas químicas, segundo pesquisa do Datafolha sobre saúde e medicalização, realizada em 132 municípios, 54% da população toma algum medicamento regularmente – de vitamina a antidepressivo. A consultoria internacional IMS Health avalia que em 2016 seremos o quarto mercado consumidor de medicamentos no Planeta.

O Congresso votou pelo saque do patrimônio genético

Além disso, a indústria de higiene, perfumaria e cosméticos faturou em 2014, R\$ 101 bilhões. O Brasil possui 50 mil espécies de plantas, 30 mil na Amazônia, 16 mil na Mata Atlântica e sete mil no Cerrado. Nunca desenvolvemos medicamentos usando matéria-prima nativa. A exceção ocorreu em 2005, quando o Laboratório Aché produziu um anti-inflamatório da planta “Cordia Verbenácea”, que está sendo registrado nos Estados Unidos e na Europa.

Em 2008, um grupo de pesquisadores lançou um documento em prol da ciência e tecnologia da Amazônia, onde era reivindicado a criação de três novos institutos técnico-científicos e três novas universidades, entre outras coisas, um investimento de R\$ 30 bilhões em 10 anos. Pelo menos uma universidade foi criada, a Universidade Federal do Oeste do Pará, com sede em Santarém.

Mas isso não é nada perto do tamanho e importância da Amazônia. Enquanto a biopirataria saqueia nossas riquezas, assistimos o Congresso votar uma Lei de Biodiversidade que privatizaria o patrimônio genético brasileiro. Só não ocorreu o pior porque a Presidenta Dilma Rousseff vetou cinco pontos da nova Lei. A única coisa que nem os políticos, nem a burocracia oficial, que enquadra o uso de plantas medicinais e produção de fitoterápicos como qualquer outro medicamento – obrigatoriedade de testes de todos os tipos, análise clínica e por aí vai-, conseguiram derrubar é a iniciativa dos povos e comunidades tradicionais, que continuam usando as plantas brasileiras para curar suas doenças. Sem contar que a população pobre não tem dinheiro para comprar químicos.

Falta vontade política

Sempre tem uma banca de ervas em alguma esquina do Cerrado, do Norte, e do Nordeste, além dos mercados públicos do Sul e do Sudeste, que comercializam plantas, xaropes, pomadas, cremes etc. O pesquisador Juan Revilla, do INPA, também especialista em botânica e representante da Região Norte junto ao Ministério da Saúde, diz que a inclusão das plantas medicinais e os medicamentos fitoterápicos não é incluída na Atenção Básica do SUS por falta de vontade política. Ele coordena um projeto chamado “Farmácia Viva”, no município de Manaquiri, a 50 km de Manaus, que desde 2006 incentiva à população a usar as plantas medicinais da região. O viveiro conta com mais de 50 mil mudas de 120 espécies produzidas em 150 hectares.

Desde esta época a ANVISA recomenda que os estados e municípios façam inventários, criem grupos de trabalho, estudem sua flora local para incentivar o uso de plantas medicinais e fitoterápicos. A questão para o Brasil deveria ser estratégica, não somente porque temos um território de mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Nos regiões distantes, onde vive a população pobre, os médicos brancos brasileiros não querem trabalhar. Foi o cubano Javier Lopez Salazar, por exemplo, que reintroduziu o uso de plantas medicinais na aldeia Kumenê, do povo Palikur, onde são atendidas 1576 indígenas, a 590 km de Macapá – mais sete horas de barco de Oiapoque.

Há 30 anos, uma missão evangélica destruiu os conceitos dos indígenas e implantou os do cristianismo ocidental, e acabou com o uso das plantas medicinais. Foi Javier quem convenceu as lideranças da aldeia e o pessoal de saúde que era importante retomar o uso das plantas locais. O exemplo dele está sendo divulgado pela Organização Pan-americana de Saúde e a OMS num vídeo reportagem, que faz parte de uma série sobre a atividade dos profissionais do Programa Mais Médicos. O professor Juan Revilla diz que 95% dos problemas do município onde foi implantado o projeto “Farmácia Viva” poderiam ser resolvidos pela Atenção Básica do SUS com as plantas da região. Por sinal, o primeiro curso de Saúde Coletiva, da Universidade Estadual do Amazonas, formará a primeira turma com 22 alunos em 2016.

O sonho do pajé

A história do pajé Agostinho Manduca Ika Muru, do povo Huni Kuin é mais uma iniciativa fora da mediocridade da política brasileira. Por 30 anos, ele anotou em pequenos cadernos as informações sobre as plantas da região e seus usos, consultando outros pajés e os mais velhos. O pesquisador botânico Alexandre Quinet, do Rio de Janeiro encontrou com o pajé em uma de suas viagens e ficou sabendo do seu sonho de fazer um livro, que seria útil para os aprendizes de pajé.

Camilla Coutinho Silva



Folha da planta Himi Kais (sangue virgem)

Em 2011, eles conseguiram reunir uma equipe de especialistas, incluindo taxonomistas – identificam as plantas – e 22 pajés durante 15 dias. Poucos dias depois Agostinho morreu. No ano passado foi lançado o “Livro da Cura”, com três mil exemplares, sendo mil produzidos com um material especial, feito a partir de PET, que é impermeável, para distribuição nas aldeias.

Das 351 espécies descritas pelos pajés, os pesquisadores coletaram 196 e 109 estão no livro. As amostras devidamente identificadas estão no herbário do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro.

O saque continua

O IBAMA tem um cálculo antigo que a biopirataria rouba do Brasil em torno de US\$ 6 bilhões por ano em plantas, animais ou fósseis. São clássicos os casos de registros de frutas como o cupuaçu no exterior. Uma substância do veneno da jararaca brasileira, conhecida como captopril, foi sintetizada pelo laboratório americano Bristol Myers Squibb e usada no medicamento Capoten, um regulador da pressão arterial, garantindo vendas de US\$ 5 bilhões no mundo. O pau-rosa é usado como fixador de perfumes desde a década de 1930, e entra na composição do Chanel Nº5. Castanhas como a andiroba e o óleo de copaíba estão sendo registrados em várias regiões do mundo. Assim como fizeram com o Curare, que os indígenas usam para amorteecer as presas nas caçadas, ou com o ayahuasca, o cipó alucinógeno da Amazônia.

A verdade é que em pleno Século 21, da era digital, do celular ligado 24 horas, a Amazônia continua sendo saqueada, como foi nos séculos passados, e por desinformação total, o povo brasileiro adotou o método químico para cuidar de seus males, ajudando a indústria farmacêutica e química mundial, que querem a todo custo se apoderar desse patrimônio. ■

Mariana Totino | Jornalista

ALERJ cria Frente Parlamentar Ambientalista

A Frente Parlamentar Ambientalista da Assembleia Legislativa do Rio (ALERJ), lançada no dia 26 de Junho passado, selecionará projetos para discussão, como o que prevê pagamento por serviços ambientais, além de buscar uma reformulação para programas de reflorestamento de áreas de Mata Atlântica. Presidente da organização, o Deputado Carlos Minc (PT), garantiu que, de 18 propostas apresentadas por especialistas em meio ambiente que participam da frente, ele já se comprometeu a analisá-las e estudar formas de transformá-las em Leis, duas delas foram apresentadas em projetos.



Carlos Minc na criação da Frente Parlamentar Ambientalista, na ALERJ

“Uma das sugestões apresentadas em Projeto de Lei é que os agricultores reflorestem as margens dos rios, melhorando a quantidade e a qualidade da água. Além disso, vamos defender a criação de uma Autoridade de Bacia para a Baía de Guanabara, que será um órgão gestor para juntar governo, prefeitura, Cedae, empresas, e também outras propostas para o reuso da água e a diminuição do risco de crise hídrica”, afirmou.

Segundo o Secretário Estadual do Meio Ambiente, André Corrêa, o Rio ainda passa por crise hídrica. “Estamos vivendo a pior crise hídrica da história do Estado. A Secretaria está atuando na redução da vazão do Rio Paraíba do Sul. Procedimentos já permitiram economizar de um bilhão de metros cúbicos de água nos reservatórios do rio e estamos adaptando a captação de água dos municípios. Agora construímos, pela iniciativa privada, um barramento no canal de São Francisco para continuar reservando mais água, além de trabalhar em alternativas para o reuso”, disse Corrêa. Ainda de acordo com o Secretário os níveis do principal reservatório que abastece a cidade, estão em 15,64% em comparação aos 29,8% em relação ao mesmo período ao ano passado.

Outras sugestões foram apresentadas no debate sobre recursos hídricos durante a reunião. O professor Paulo Canedo, da COPPE/UFRJ, expôs medidas que podem ampliar a segurança hídrica e diminuir a dependência em relação ao Rio Paraíba do Sul. Entre elas, Canedo citou: racionalizar a saída de água dos reservatórios por meio de planos de contingência, para suportar severos períodos de estiagem; monitorar o aumento de volume de reserva; pôr em prática um plano para que a bacia absorva mais água, com intensa ação de revegetação; o tratamento de esgoto e controle de perdas, além do estudo de novas opções de grandes reservas.

O Deputado Luiz Paulo (PSDB), que preside a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Crise Hídrica, disse que é fundamental que haja investimento para promover maior resiliência nos reservatórios e superar o período de estiagem e níveis baixos. “O grande desafio é como ter contingenciamento para diminuir crise, de fazer com que a água fique no reservatório. É preciso reflorestar com rapidez as áreas dos rios”, afirmou. Já o deputado Thiago Pampolha (PTC), Presidente da Comissão de Meio Ambiente da ALERJ, ressaltou que a frente pode ser um espaço para importar modelos positivos também para outros estados. “É importante discutir a atividade da secretaria de meio ambiente, contestar a atuação das empresas e contrapartidas. A parte fiscalizatória precisa avançar. Precisamos reflorestar a beira dos rios e recuperar parques ambientais”, acrescentou.

Homenagem a quem cuidou do rio

Um dos maiores especialistas da fauna do Rio Paraíba do Sul, o engenheiro José Roberto de Souza Araújo, conhecido como Zé dos Peixes, que faleceu recentemente e dedicou sua vida a estudar espécies de peixes do Rio Paraíba do Sul, será o nome do futuro Refúgio de Vida Silvestre, que, segundo o Secretário do Ambiente, André Corrêa, será criado às margens do Paraíba do Sul, na região do Médio-Paraíba. Carlos Minc relatou que o especialista conduziu coletas de peixes do rio Paraíba do Sul para estudar os efeitos da poluição e do desequilíbrio ambiental na formação das espécies. Após a coleta, foi elaborado laudo que atestou que por causa de substância, os peixes nasciam com deformidades. Seis anos depois, ele teria feito a pesquisa e constatado que uma das espécies ainda sofria com os passivos ambientais.

Também estiveram presentes os deputados estaduais André Lazaroni (PMDB), Nivaldo Mulim (PR), o Deputado Federal Alessandro Molon, o Superintendente de Planejamento Metropolitano da Secretaria Estadual de Obras, Luiz Firmino, além do oceanógrafo e professor da UERJ David Zee e representantes da SOS Mata Atlântica, Regiane Pieratti, e do Instituto Terra de Preservação Ambiental, Maurício Ruiz. ■

AVES - AQUARELAS DE TOMAS SIGRIST

Em comemoração aos 30 anos de carreira de Tomas Sigrist, preparamos um livro especial para os amantes da arte naturalista!


avisbrasilis®
editora



3x R\$ 46,00

sem juros nos cartões de crédito
ou **R\$ 138,00** à vista

39cm

**EDIÇÃO COMEMORATIVA
FORMATO FÓLIO**

aves
BIRDS

AQUARELAS DE
TOMAS SIGRIST
Tomas Sigrist's Watercolors

30cm

CAPA DURA - 144 PÁGINAS - IDIOMA: PORTUGUÊS/INGLÊS

Compre agora mesmo: www.avisbrasilis.com.br

Participe do Mais Completo Evento de Sustentabilidade e Meio Ambiente do Brasil



ENCONTRO
INTERCONTINENTAL
SOBRE A NATUREZA®
FORTALEZA · CEARÁ · BRASIL
21 a 25 de NOVEMBRO

2015

ÁGUA

Sonhar
Não Basta.



Instituto
Hidroambiental
Águas do
Brasil

www.ihab.org.br
55.85.3262.1559

Junte-se a GENTE QUE FAZ. Grandes nomes da sustentabilidade promovem fórum multissetorial, cursos, conferência, mesa redonda, fórum de líderes, casos exitosos, oficinas, feira, negócios, arte e cultura. Vagas limitadas. Faça sua inscrição.

CONHEÇA, DIVULGUE E PARTICIPE

REALIZAÇÃO

PROMOÇÃO

PATROCÍNIO

APOIO

DIVULGAÇÃO

NEUTRALIZAÇÃO
DE CARBONO

PLANEJAMENTO
E ORGANIZAÇÃO

AGÊNCIA OFICIAL

MONTADORA
OFICIAL



Projeto de
Cultura



ECO-21

